

VOLUME DEZASSEIS / NÚMERO UM / 1992

# desenvolvimento de base

REVISTA DA FUNDAÇÃO INTERAMERICANA



A Fundação Interamericana, criada pelo Governo dos Estados Unidos em 1969, presta apoio financeiro direto a iniciativas de auto-ajuda da população pobre da América Latina e do Caribe. A Fundação concede anualmente cerca de 200 doações para projetos em mais de 25 países. Aproximadamente metade de seus recursos provém de dotações do Congresso e o restante é proporcionado pelo Fundo Fiduciário de Progresso Social, administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Escritório de Aprendizagem e Divulgação da Fundação Interamericana publica *Desenvolvimento de Base* em inglês, espanhol e português. Tem por fim explorar formas de assistência ao desenvolvimento que possam contribuir mais efetivamente para os esforços de auto-ajuda. Relata como se organizam e trabalham os grupos de baixa renda da América Latina e do Caribe para melhorar sua vida. Os artigos publicados em *Desenvolvimento de Base* baseiam-se fundamentalmente na experiência da Fundação Interamericana e dos grupos aos quais assiste. Contudo, a revista recebe de bom grado colaborações de pessoas não vinculadas à Fundação. Os colaboradores interessados deverão solicitar nossas "Instruções aos autores".

Salvo indicação em contrário, o material publicado em *Desenvolvimento de Base* é de domínio público e pode ser livremente reproduzido. Requer-se, porém, autorização para reproduzir fotografias. Solicita-se menção da fonte e uma cópia de qualquer reprodução.

*Desenvolvimento de Base* é publicação incluída no *Standard Periodical Directory*, no *Public Affairs Information Service Bulletin*, no *Hispanic American Periodical Index (HAPI)* e no banco de dados *Agricultural Online Access (AGRICOLA)*. Cópias atrasadas podem ser obtidas em microfilme da *University Microfilms International*, 300 N. Zeeb Road, Ann Arbor, Michigan 48106, EUA.

Endereço para pedidos de assinatura da revista:

Desenvolvimento de Base  
Fundação Interamericana  
901 N. Stuart Street, 10º andar  
Arlington, VA 22203, EUA

Presidente: Embaixador Bill K. Perrin

Editor interino: Ron Weber  
Edição em português e espanhol: Leyda P. Appel  
Tradução ao português: João Francisco Bezerra  
Coordenadora de produção: Maria E. Barry  
Gráfica e assistência em publicação: Marnie A. Stokes

Desenho da capa: Robert Borja

Dirigir pedido de número limitado de exemplares atrasados desta publicação a:

TESE  
Comércio Exterior e Serviços Ltda.  
Rua Debret, 79 GR/501  
CEP 20030 Rio de Janeiro Brasil

# DESENVOLVIMENTO DE BASE

## Revista da Fundação Interamericana

Volume 16, Número 1, 1992

### Índice

|                                                                               |    |                                                                                                                                         |                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| O encontro de um terreno comum: redefinição do trabalho da mulher na Colômbia | 2  | As mulheres unem-se além das barreiras sociais para reformar a lei de previdência social de um país                                     | Jamie K. Donaldson               |
| De protestos a programas: associações de bairro num município brasileiro      | 11 | O governo municipal está em condições de ampliar os serviços promovendo as organizações de comunidades de auto-ajuda?                   | Bruce W. Ferguson                |
| Energia cultural e desenvolvimento de base                                    | 20 | Projetos em todo o hemisfério mostram que as comunidades podem solucionar seus problemas liberando a criatividade das tradições nativas | Charles D. Kleymeyer             |
| Harmonia com a terra: uma celebração da cultura andina                        | 29 | Um festival de folclore em Washington, D. C. torna-se sala de aula para o desenvolvimento de base indígena                              | Marion Ritchey Vance e Ron Weber |
| Forum                                                                         | 35 | Uma agenda de pesquisa de <i>marketing</i> para o desenvolvimento da microempresa                                                       | Harry G. Miller e Ivo Saric      |
| A marcha do desenvolvimento                                                   | 37 |                                                                                                                                         |                                  |
| Notícias da sede                                                              | 40 | Dominando a ecologia social do desenvolvimento                                                                                          |                                  |
| Livros                                                                        | 43 | Uma nova visão para as organizações não-governamentais e uma história oral do Corpo da Paz                                              |                                  |
| Recursos                                                                      | 46 | Materiais úteis que focalizam a saúde pública e a higiene                                                                               |                                  |

*Uma aliança estratégica entre profissionais e trabalhadores da baixa renda multiplica o valor social da autoestima*

## O ENCONTRO DE UM TERRENO COMUM

### Redefinição do trabalho da mulher na Colômbia

Jamie K. Donaldson

EMBORA seja muito merecedora do seu dia de descanso toda semana, Emma Ojeda levanta-se cedo todo domingo. Com uma mescla de obrigação e carinho, escolhe cuidadosamente os ingredientes que sua “família” precisa para preparar o café da manhã quando acordar. Quase cega de nascimento, passou 45 dos seus 57 anos morando na casa de outra pessoa, ajustando-se a seu regime. Quando finalmente abre a porta para a rua, ela hesita, olhando de um lado para outro, como se momentaneamente perdida. Na realidade, está esperando que seu dia comece.

Em breve chega a amiga que a vai levar em vários ônibus através da extensa Bogotá ao escritório da *Asociación de Mujeres Trabajadoras del Hogar* (AMUTRAHOGAR). Como uma de cada quatro trabalhadoras colombianas, Emma e sua companheira são domésticas, membro do grupo enorme mas socialmente invisível de empregadas domésticas que recebem salário para cozinhar, limpar e cuidar de crianças.

A viagem através da cidade leva boa parte da manhã, mas a vida de Emma lhe ensinou paciência. Nascida de uma família camponesa pobre numa aldeia das montanhas azuis do Departamento de Santander, desde os 12 anos de idade encetou a longa caminhada para a capital ao Sul, até chegar à casa do seu patrão atual, uma família da classe média alta sob cujo teto ela vem trabalhando e morando há duas décadas.

Ao chegarem às portas da AMUTRAHOGAR, Emma e sua companheira não estão sós. O escritório está aberto

desde às 7h00 e uma fila constante de mulheres por lá passou, em busca de orientação, cursos educacionais ou apenas um lugar amigo onde se reunir e conversar. Nesta dependência de sala única, a atividade é incessante. Ao redor de uma mesa, duas domésticas, calculadora na mão, debruçam-se com uma colega que recentemente deixou o trabalho. Juntas, calculam quanto o ex-patrão lhe deve em pagamento final e férias remuneradas não recebidas. Várias mulheres conversam por perto, examinando fotos da marcha de 1987 das domésticas em defesa da previdência social, fixadas na parede, tendo entre os dedos a ficha que indica a sua vez à mesa.

Num dos cantos, formou-se uma aula de crochê improvisada. Sentada no chão, aos pés da mãe, um bebê conversa com um fio de lã brilhante que enrolou na mão.

No canto oposto da sala, uma bonita mulher de cabelos grisalhos faz perguntas a um grupo sentado ao redor da mesa, desfazendo mitos sobre as domésticas ou, pior ainda, as *mantecas*, termos com conotações pejorativas sobre elas ouvidos comumente na Colômbia. Atraída pelas risadas, Emma aproxima-se para participar da discussão animada. “Vocês são domésticas?” pergunta a líder da discussão. “O que são domésticas?”, repete ela, escandindo as sílabas ironicamente. Em uníssono, Emma e as outras respondem como um rugido: “animais domésticos”.

Em breve, estas mulheres e as outras que entram, aproveitando a tarde de folga, iniciarão a reunião semanal ordinária da AMUTRAHOGAR. A decisão de Emma de vir aqui — a própria existência da Associação como uma

espécie de apoio moral e jurídico — não teria sido possível sem longos anos de trabalho frustrante de uma extraordinária aliança de domésticas, advogadas e educadoras de Bogotá. Estes dois grupos aparentemente díspares — um em grande não-qualificado e rural e o outro profissional e urbano — romperam barreiras sociais para encontrar um terreno comum. Juntos, empenham-se em transformar as condições das domésticas da Colômbia e, nesse processo, reformular o que significa o trabalho da mulher.

**COM A POSSÍVEL EXCEÇÃO** da prostituição, na América Latina nenhuma outra ocupação é tão estigmatizada por sexo, camada social e, às vezes, raça como as empregadas domésticas. Por via de regra, os órgãos governamentais, os sindicatos e até mesmo os trabalhadores não consideram o trabalho doméstico como verdadeira profissão. Compõe-se a atividade de tarefas tradicionalmente designadas às donas de casa e são tidas como parte de suas obrigações “naturais”. Em comparação com quase todo o trabalho desempenhado pelo homem dentro ou fora do lar, o “trabalho da mulher” não é valorizado na maioria das sociedades. O fato de se pagar a uma pessoa estranha para fazer esse trabalho “desvalorizado” não a eleva na consideração de outros ao *status* de verdadeiro empregado, na medida em que poupa aos membros da família da maçada e do estigma dessas tarefas.

As domésticas também provêm, sem exceção, de camadas sociais mais baixas do que a de suas patroas, tornando difícil que estas se identifiquem com suas empregadas, embora ambas tenham pertencido ao lado perdedor da divisão sexual do trabalho. Os níveis de pobreza na América Latina são tais que menos as famílias das classes mais baixas podem encontrar mulheres que trabalharão por ninharias. Em alguns países, mulheres negras ou indígenas são comumente empregadas nas casas de mestiços; o inverso raramente ou quase nunca ocorre. A combinação das relações de sexo, classe e raça que caracterizam o serviço doméstico assalariado coloca as empregadas domésticas entre os membros mais desprotegidos da força de trabalho na América Latina.

Na Colômbia, há, no mínimo, meio milhão de domésticas que moram no trabalho, como Emma Ojeda, ou que trabalham em tempo parcial para várias patroas. É impossível apresentar cifras exatas, uma vez que muitas dessas ocupações se enquadram na categoria informal, em grande parte não considerada nas estatísticas. Há uma década, a grande maioria de domésticas moravam no trabalho, mas

hoje em dia o coeficiente se aproxima rapidamente de uma divisa equânime. As que moram no trabalho tendem a ser as solteiras, porque poucos patrões estão dispostos a abrigar uma segunda família ou em condições de fazê-lo.

Tal como nas outras partes da América Latina, as domésticas colombianas são predominantemente migrantes do interior. Obrigadas a deixar as aldeias pela violência e pobreza endêmicas, bem como pela falta de oportunidades educacionais e atraídas para as cidades na esperança de vida melhor, chegam sem qualificações para o trabalho e freqüentemente analfabetas. Impossibilitadas de encontrar trabalho no setor formal numa fábrica, loja ou restaurante, a maioria das recém-chegadas — como a procissão que passa diante delas — acabam como domésticas em casas privadas. Poucas começaram querendo ser domésticas; a maioria aceitou a situação como destino. Enquanto jovens, a maioria mantém a esperança de que sua sorte mude, como a de Cinderela; mas a nova situação com freqüência transforma o revés inicial em derrota, resultando daí a baixa auto-estima e um sentido internalizado de inferioridade que caracterizam tantas domésticas.

As histórias horrorosas de abuso físico e praticamente escravidão sofrida pelas domésticas em todo o hemisfério, são, felizmente, em grande parte uma relíquia do passado. Hoje em dia, algumas domésticas têm boas relações de trabalho com os patrões, baseadas em confiança e respeito mútuos. Entretanto, permanecem problemas persistentes. As que moram no trabalho enfrentam o dilema de serem tratadas tanto como assalariada quanto membro da família. Em alguns casos, saíram de lares conturbados e sob o novo teto buscam com ansiedade afeto ou simplesmente bom tratamento. No entanto, mesmo se a classe ou raça não impedir a criação de vínculos, a relação afetiva ainda pode desaparecer se a doméstica adoecer ou ficar temporariamente incapacitada. A gravidez é motivo para demissão imediata.

As diaristas, embora relativamente mais independentes, também enfrentam situações difíceis. Muitas são chefes de domicílio solteiras que, depois de um dia de trabalho na casa de outro, têm pela frente um segundo turno de limpeza, preparação de alimentos e cuidados de filhos na própria casa. Recebem melhor salário do que as que moram no trabalho, mas essa diferença é anulada por uma maior insegurança no emprego e pelo custo do transporte para o local de trabalho.

**GRANDE PARTE** do que sabemos a respeito das

domésticas colombianas provém da pesquisa pioneira da socióloga Magdalena León. Por quase 20 anos, ela vem estudando as contribuições das mulheres para o desenvolvimento, especialmente a sua participação “oculta” na força de trabalho. Um estudo da vida no interior levou-a a seguir o percurso dos migrantes da zona rural, registrando como as jovens, motivadas pelos sonhos de melhor instrução ou talvez de emprego numa fábrica, ao despertarem perceberam-se reduzidas ao serviço doméstico. Os seus depoimentos sobre as condições de trabalho e esperanças frustradas tocaram um nervo sensível, levando León a perguntar-se até que ponto conheceu as muitas empregadas que trabalharam para sua família enquanto crescia.

“Depois de responderem pacientemente às minhas perguntas durante as entrevistas”, acrescenta Magdalena, “elas mesmas invariavelmente me perguntavam: ‘O que devemos fazer para mudar a situação?’”. O compromisso cada vez maior que ela sentia com relação às mulheres da zona rural e à necessidade de responder a esta pergunta levou-a a passar da pesquisa abstrata para a aplicada. Unindo-se a outras profissionais da *Asociación Colombiana para el Estudio de la Población* (ACEP), organização não-governamental (ONG) com sede em Bogotá, Magdalena formulou um programa para identificar as necessidades das domésticas e atender às mesmas.

O programa da ACEP foi lançado em 1981 com apoio da Fundação Interamericana. O primeiro passo foi rever as leis trabalhistas existentes sobre os direitos e as responsabilidades das domésticas e entrevistá-las a fim de determinar o grau em que o código legal era aplicado para atender às suas necessidades. Realizar-se-iam atividades de divulgação para sensibilizar os funcionários públicos e o pessoal da ONG para os hiatos a serem cobertos e para prestar serviços jurídicos e educacionais destinados a ajudar as domésticas e patrões a compreenderem e cumprirem as respectivas obrigações. Finalmente, o programa procuraria ajudar o *Sindicato de Trabajadoras del Servicio Doméstico* (SINTRASEDOM) a consolidar-se e tornar-se foro onde as trabalhadoras poderiam articular-se e começar a atender às próprias necessidades.

Os advogados da ACEP tomaram conhecimento de que a lei trabalhista dava às domésticas que moravam no trabalho o direito ao salário mínimo, um dia livre por semana e feriados. Outras disposições estabeleciam padrões de férias pagas, licença de maternidade e indenização. Na prática, a equipe pesquisadora descobriu que esses

alvos raramente eram atingidos. Os patrões — e frequentemente as domésticas — não conheciam a lei ou simplesmente a ignoravam, uma vez que não recebia ampla divulgação nem era posta em vigor. Mesmo quando se procurava aplicar o salário mínimo, por exemplo, as domésticas que moravam no trabalho com frequência ficavam com pouco mais do que uma ninharia depois que as patroas deduziam o custo da comida, roupa, alojamento e outros itens associados com a moradia. Outra evasão era a ausência de definição jurídica do dia de trabalho. Não é raro que essas domésticas trabalhem 16 horas contínuas e permaneçam “de prontidão” caso a família necessite delas. Finalmente, alguns patrões simplesmente não consideraram o trabalho da doméstica como contrato de trabalho com obrigação jurídica, tornando difícil às domésticas despedidas conseguir uma “liquidação”, o cálculo e pagamento da indenização e dos benefícios colaterais obrigatórios.

Os advogados da ACEP incorporaram o que tinham aprendido em cursos rápidos oferecidos às domésticas, funcionários de agências de emprego, assistentes sociais e estudantes de direito em várias universidades. Anúncios no rádio convidavam tanto as trabalhadoras como os patrões a usarem os serviços bi-semanais da clínica de serviços jurídicos, estabelecidos na sede da ACEP em Bogotá. Além de proporcionar informação sobre a lei trabalhista colombiana, a clínica oferecia serviços de liquidação, elemento que se tornou muito popular. Os patrões tinham acesso a uma transação rápida e justa e as domésticas, com o peso da equipe de advogados da ACEP a apoiá-las, geralmente conseguiam chegar a acordos após a cessação do emprego sem recurso à ação judicial.

**COM BASE** nos êxitos anteriores e numa avaliação favorável, a Fundação Interamericana fez uma segunda doação à ACEP em 1983 para expandir o programa às cidades de Cali, Medellín, Barranquilla e Bucaramanga. A Fundação Ford proporcionou financiamento adicional para o ano seguinte. A idéia não era administrar um programa de serviços centralizados com base em Bogotá, mas transferir atividades do projeto para as ONG das redondezas, experientes em questões relacionadas com o papel da mulher no desenvolvimento e capazes de proporcionar apoio a futuras organizações de filiados. O programa encontrou sede em Cali no *Centro de Apoyo a la Mujer y al Infante* (CAMI), entidade de assistência jurídica e sanitária sem fins lucrativos. Em Medellín, o programa foi

iniciado por um advogado da ACEP e mais tarde assumido pelo grupo *Vamos Mujer*. Em Barranquilla, o programa passou por várias entidades antes de terminar no escritório regional do *Foro Nacional por Colombia*, ONG de destaque dedicada à promoção de organizações de auto-ajuda às pessoas de baixa renda. Não havia organizações da mulher em condições de alojar o programa em Bucaramanga, de forma que as extensionistas da ACEP recrutaram pessoal favorável da filial da agência nacional de emprego do Governo para administrar várias atividades chave do projeto, como, por exemplo, o serviço de liquidação.

À medida que as atividades do projeto avançavam em outras partes, a clínica de serviços jurídicos continuou a aprimorar suas próprias atividades. Acrescentaram-se cursos informais sobre temas como cidadania, sexualidade e o papel da mulher na sociedade colombiana. Pela primeira vez, essas discussões reuniram domésticas para refletir sobre sua situação e começar a desenvolver um sentido de propósito comum. A ACEP incentivava o auto-exame, introduzindo os conceitos de sexo e classe para capacitar as trabalhadoras a entender o sentimento perturbador da insatisfação no trabalho. Incentivava-se as mulheres a examinar suas metas pessoais e as relacionadas com o trabalho e ver mais além do serviço doméstico assalariado. Entretanto, reconhecendo que as limitações sociais e econômicas impediam que a maioria das domésticas deixasse o emprego, o pessoal da ACEP ajudou-as a compreender que se trata de uma profissão como qualquer outra, protegida pela lei colombiana — embora imperfeitamente — e merecedora da dignidade e de um salário negociado com justiça.

Esses cursos e os depoimentos de muitas mulheres que procuravam os serviços de liquidação, gradualmente trouxeram à baila uma ansiedade existente. As domésticas mais velhas falavam de seu medo de que, sem salário suficiente para economizar dinheiro ou acesso a um fundo de garantia, poderiam um dia terminar na rua. As domésticas jovens reforçavam esses temores, tornando claro que para as trabalhadoras de todas as idades bastava apenas um doença prolongada para ficarem desempregadas ou destituídas. Isso levou o pessoal do projeto a examinar os requisitos de elegibilidade do sistema de previdência social do país para ver se as domésticas se qualificavam aos benefícios da aposentadoria, cuidados médicos subsidiados e pensões por incapacitação como qualquer outro colombiano que trabalhasse sob contrato.

○ que encontraram levaria o projeto da ACEP a um

novo curso e impeliria as domésticas ao núcleo da ação. Um reforma de 1977 do código de previdência social da Colômbia estipula elegibilidade para as pessoas, inclusive domésticas, pagas por serviços a indivíduos privados. O imposto da previdência social para trabalhadores elegíveis deve ser dividido entre o empregador e o empregado. Com um tal lei já em funcionamento, por que as domésticas se sentiam tão inseguras a respeito de seu futuro?

**HÁ DOIS** obstáculos principais para acessar o sistema, um deles evidente pela própria descoberta da ACEP. Poucos cidadãos estavam cientes da reforma da elegibilidade, porque o *Instituto de Seguridades Sociales* nunca publicou a lei que administrava, temendo uma inundação de beneficiários. A segunda barreira excluía efetivamente a maioria das domésticas, mesmo que conseguissem evitar a primeira. O imposto da previdência social para os trabalhadores baseava-se na taxa do salário mínimo — colocando a participação ao alcance de apenas algumas mulheres.

O pessoal da ACEP formulou uma estratégia de três elementos para tornar a previdência social uma realidade para as domésticas, lançando uma busca que catalisou as preocupações individuais sobre saúde num movimento de base. A equipe profissional estabeleceria contatos com funcionários de órgãos da previdência social e do trabalho, sensibilizaria a opinião pública por meio da mídia e incentivaria as domésticas a organizar-se para melhorar suas condições. Numa reunião com a participação de 40 domésticas em 1º de maio de 1985, a ACEP e a SINTRASEDOM concordaram em juntar forças para informar o público colombiano a respeito da necessidade de reunir as domésticas sob a proteção da previdência social.

Como primeiro passo, patrocinaram um encontro em 15 de agosto, no qual 200 domésticas se reuniram para uma tarde de dança, representação sociodramática e música. Mulheres interessadas revesavam no microfone, discutindo a questão da previdência social, enquanto as equipes de televisão e um grupo de jornalistas observavam. Para muitas das participantes, era a primeira vez que dirigiam a palavra a uma multidão.

Animado pela experiência, o grupo decidiu dar uma passo mais ambicioso: em outubro levariam seu caso diretamente à Presidência na Plaza Bolívar, local tradicional de apresentação de petições em Bogotá. As domésticas formaram uma comissão de publicidade, que dese-

nhou cartazes e os colocou em parques, lojas e outras áreas públicas freqüentadas pelas domésticas em seu dia livre. Nesse ínterim, os profissionais da ACEP prepararam boletins de imprensa.

Cerca de três meses mais tarde, centenas de empregadas domésticas, com entusiasmo inabalado face a um aguaceiro, reuniram-se na Plaza Bolívar com uma carta dirigida ao então Presidente Belisario Betancur. A petição esboçava sugestões específicas para tornar a lei da previdência social viável a mulheres empregadas como elas. Talvez atraída pela novidade da manifestação, a imprensa local compareceu em peso. Por um momento, o país parecia ter uma visão de algo antes invisível.

Entretanto, a visão foi rápida, eclipsada por duas catástrofes nacionais num mês: a ocupação, em novembro, do Supremo Tribunal pelos guerrilheiros do M-19 e a erupção do vulcão *Nevado del Ruiz* que matou mais de 20 000 pessoas. Como o Governo e o povo estavam estupefatos com estes dois desastres, 1986 tornou-se um ano de crises para as domésticas recém-organizadas. Algumas abandonaram a cruzada em busca da previdência social ao verem desfeitas suas esperanças de sucesso rápido. Outras saíram, temendo represálias dos patrões por terem participado em atividades “arrogantes” ou simplesmente esgotadas no fim de uma semana de trabalho duro para participarem de reuniões de planejamento aos domingos. No fim do ano, a liderança da SINTRASEDOM estava em desalinho; apesar dos melhores esforços da ACEP para ajudar a organização a manter seu enfoque, cortou as relações com o programa. Por um certo tempo, a ACEP perdeu a vinculação direta com as mulheres a quem visava servir.

**FELIZMENTE**, um núcleo dedicado de domésticas continuou a reunir-se em Bogotá. Várias tinham participado da SINTRASEDOM e estavam convencidas da necessidade generalizada da previdência social ao ouvirem o eco das suas próprias preocupações no depoimento das colegas de trabalho. Outras tinham adquirido um novo sentido de conscientização durante a campanha recente. Unindo as forças, formaram o *Comité de Trabajadoras del Hogar*, que mais tardar produziu a AMUTRAHOGAR.

Havia também sinais de vida fora da capital. Em Barranquilla, 40 domésticas compareceram à “Marcha dos Aventais” para chamar a atenção para a sua necessidade de previdência social e um dia de descanso. Foi o primeiro

evento dessa natureza organizado e liderado por mulheres na história da cidade.

Observando que o programa se alastrara a outras cidades, que eram possíveis fontes de energia renovada, a ACEP convocou um congresso nacional em 1987 com o objetivo de proporcionar às domésticas um foro para avaliar as realizações e revezes do ano anterior, refletir sobre a situação comum e desenvolver um solução unânime. Entre as participantes havia mulheres de Bogotá e de todos os quatro escritórios regionais, membros da SINTRASEDOM, domésticas não filiadas e pessoal de agências de emprego e do setor público. O congresso preparou o clima para a marcha de 5 de abril pela previdência social.

Num certo sentido, essa marcha deveria ter sido a celebração de uma vitória. O recém-eleito Presidente Virgilio Barco tinha anunciado que a cobertura da previdência social seria estendida às domésticas como parte do programa de alívio da pobreza. Entretanto, os advogados da ACEP tinham percebido uma falha potencial do plano. De fato, a primeira barreira à implementação da reforma de 1977 — falta de divulgação — era removida por esta declaração. Mas a segunda barreira — os termos de participação — permaneciam e, de certa forma, era reforçada. Ao classificar as diaristas como autônomas, o plano Barco implicava que o empregador não era responsável pelo pagamento da indenização, férias pagas e outros benefícios previamente conferidos pela lei de contrato trabalhista. Também tornava as diaristas responsáveis por todo o imposto da previdência social, excluindo efetivamente do sistema metade das domésticas, inclusive a maioria das que tinham família. Esta classificação *de facto* ameaçava dissolver ainda mais as domésticas, solapando a conscientização do grupo necessária para que criasse organizações de auto-ajuda viáveis.

Os advogados da ACEP informaram as domésticas a respeito dos possíveis efeitos colaterais e o *Comité de Trabajadoras del Hogar*, de Bogotá, assumiu a liderança no planejamento do encontro de abril para divulgar medidas corretivas. Passaram a notícia da marcha iminente às colegas de trabalho, foram a programas de rádio e televisão e fixaram cartazes e panfletos em toda a cidade.

Num dia de primavera no início de abril, mais de 1 000 domésticas de todo o país reuniram-se na Plaza Bolívar, juntamente com as equipes de rádio e televisão locais e com repórteres dos dois principais jornais nacionais. Mariela Loaiza, líder das domésticas, usou da palavra a elas

e aos cidadãos da Colômbia, com um sentido comovedor de urgência. “Chegamos juntas até aqui”, disse ela, “muitas vindo de longe e com muito sacrifício, para pedir ao Estado e à sociedade que solucionem rápida e eficazmente a falta de cuidados da saúde com que as domésticas têm de viver e a que são obrigadas a sujeitar a família e os filhos.”

Não houve resposta pública oficial nos dias subsequentes e algumas domésticas abandonaram o programa, temendo que isso indicasse nova derrota. Outras, porém, participaram de reuniões do pessoal da ACEP com funcionários intermediários encarregados da redação da nova lei de administração. Os advogados da CEP colaboraram com o Ministério do Trabalho. No final do verão, esse ministério anunciou que introduziria no Congresso colombiano um lei destinada a retificar as normas da previdência social relacionadas com as domésticas.

O projeto de lei eliminava a definição de diaristas como autônomas e reconhecia que quase todas as domésticas recebiam um salário inferior ao mínimo e não podiam pagar o imposto corrente da previdência social. A taxa seria reduzida a fim de aumentar o acesso, mas, em troca, as domésticas se qualificariam a benefícios reduzidos. Os advogados da ACEP não somente temiam que o nível de benefícios fosse demasiadamente baixo para ser eficaz, mas consideravam que a lei transmitia uma mensagem errada às domésticas e à sociedade: embora não sendo mais invisíveis, elas eram cidadãs de segunda classe. Depois de trabalhar com membros do Congresso, com o *Instituto de Seguridades Sociales* e com o Ministério do Trabalho, chegou-se a um acordo para subsidiar a participação total das domésticas por meio do tesouro nacional.

Permanecia um dos problemas principais: recolher o imposto das domésticas e dos patrões. Para as que moravam no trabalho, a solução era relativamente simples, uma vez que seu emprego era geralmente estável e havia um único patrão a enviar o imposto diretamente ao *Instituto de Seguridades Sociales*. No caso das diaristas, porém, recolher contribuições parciais de diversos patrões era para esse Instituto um pesadelo logístico e parecia além do alcance das domésticas. A solução foi utilizar intermediários chamados “entidades agrupadoras”, já existentes ou ONG criadas especialmente para isso, que pudessem coletar as cotas das diaristas e de seus patrões para entregar ao Instituto.

O *Comité de Trabajadoras* de Bogotá teve participação ativa neste processo, criando apoio entre as colegas,

reunindo-se com parlamentares e outras autoridades, falando com a imprensa e organizando uma campanha nacional de envio de cartas.

Em janeiro de 1988, surtiram efeito os cinco anos de trabalho árduo de Magdalena León, de outros profissionais da ACEP e das trabalhadoras que chegaram a conhecer tão bem. O Presidente Barco assinou a Lei 11, abrindo a porta para as domésticas receberem a previdência social.

**AO ENCERRAR** o patrocínio do programa por parte da ACEP mais tarde naquele ano, muito havia de que orgulhar-se, nem tudo fácil de ser expresso em números. Para muitas participantes, o estereótipo debilitante de domésticas como mulheres sem auto-estima ou orgulho do trabalho foi superado, instilando a confiança de que poderiam modificar sua condição. Oneida Guzmán, mulher negra de 27 anos, de Cali, assim se expressa: “[O programa da ACEP na] CAMI abriu meus olhos para o fato de que eu tinha um verdadeiro trabalho. Mas primeiro eu mesma tinha de valorizar o meu trabalho, para que outros também o fizessem. Em parte, isso significava valorizar a nós mesmas como mulheres, como seres humanos e não como objetos, o que a sociedade e nossa condição parecia ter feito conosco.”

Os profissionais das ONG também aprenderam desse processo. “O programa ajudou-me a ver as coisas que eu deixei passar por alto no trabalho das domésticas”, diz Isabel Ortiz, psicóloga da *Fundación Mujer y Futuro* de Bucaramanga. “Ao ajudar as trabalhadoras a tratarem de seus próprios problemas, comecei a compreender minha própria vida, a dar valor às minhas responsabilidades como dona de casa, mas também a lutar com um pouco mais de entusiasmo pelos meus direitos como membro da família.”

Para outras, o programa validou questões em que tinham posto em jogo a própria carreira profissional. As co-fundadoras da *Mujer y Futuro*, por exemplo, tinham trabalhado durante anos praticamente no isolamento e na anonimidade para compreender os papéis que a mulher desempenha na sociedade colombiana. Formadas em sociologia e sexualidade humana, seus interesses eram considerados demasiadamente periféricos ou hipotéticos para a comunidade de pesquisadores acadêmicos. O trabalho lado a lado com as beneficiárias do programa da ACEP deu-lhes a oportunidade de demonstrar ao vivo como a mulher pode participar do desenvolvimento.

Ana María Rojas, advogada da CAMI, diz: “Para mim, foi um ponto crítico. Comecei a notar que minha

profissão se relacionava com questões de valor social e poderia ser instrumento para melhorar a vida das outras pessoas.” Ao definir seu compromisso com o trabalho de desenvolvimento social e ao explicar por que mudou o ponto focal do exercício da advocacia, ela também oferece uma pista para perceber como o programa da ACEP poderia exercer potencialmente profundo impacto sobre a sociedade colombiana.

Não é comum para os advogados de Cali ou Bogotá ou mesmo da Europa ou da América do Norte terem como clientes grupos marginalizados. Poucos têm aptidões interpessoais para trabalhar com as mulheres de baixa renda e disposição para aceitar salário do nível das ONG como remuneração. Felizmente, Magdalena León, por meio de ensaio e erro, conseguiu encontrar advogadas e pessoal competentes que não olhavam suas clientes de cima para baixo mas diretamente nos olhos.

A abertura no outro lado da mesa não era fato consumado. O isolamento do trabalho da doméstica proporciona-lhe pouca oportunidade para relacionamento com as outras pessoas. Atividades em grupo, especialmente com mulheres de nível social mais alto, eram praticamente impossíveis.

No entanto, foi exatamente isso que aconteceu. O que tornou possível a aliança entre as profissionais da ACEP e as domésticas foi a capacidade do programa de construir no terreno comum a ambos os grupos: o fato de serem mulheres. Cursos não-formais sobre o papel da mulher na sociedade ajudaram as domésticas a compreender como a cultura tradicional do machismo impedia a plena participação na vida colombiana à metade de seus cidadãos. As profissionais desenvolveram empatia com relação à situação das domésticas ao compreenderem que seu próprio trabalho também não era valorizado. Ao introduzirem o conceito de diferença de sexo na discussão sobre o serviço doméstico, o pessoal da ACEP pôde demonstrar que o “trabalho da mulher”, quer feito na própria casa ou na casa alheia, merecia apreciação e respeito.

Esse processo de nivelamento criou um clima de confiança mútua que promoveu a comunicação e cooperação e tornou possível a estratégia da ACEP de estender a cobertura da previdência social. Esta estratégia de três frentes implicou trabalhar diretamente com funcionários do governo, sensibilizar a opinião pública por meio da imprensa e incentivar as domésticas a se organizarem. As profissionais tinham os contatos para facilitar as primeiras

duas, mas domésticas eram indispensáveis para a terceira. Todas as três frentes eram paralelas e reforçavam-se mutuamente; se uma fosse temporariamente bloqueada, podia-se concentrar a atenção nas outras duas para continuar a progredir. Ao mudarem a si mesmos, estes dois grupos relativamente pequenos de mulheres altamente motivadas abriram oportunidades para mudar milhares de outras pessoas.

**ESSA OPORTUNIDADE** será realizada? Desde o início, o pessoal da ACEP preocupou-se em manter o impulso na longa jornada e transferir a responsabilidade do projeto às próprias domésticas. Em Bogotá e em outras cidades, a ACEP ofereceu curso não-formais e treinamento sobre tópicos como formas jurídicas de organização, contabilidade e dinâmica de grupo para ajudar as mulheres a desenvolverem a autoconfiança e aptidões práticas necessárias para agirem por si sós.

Por diversas razões, o progresso organizacional não tem sido uniforme desde que a ACEP terminou formalmente o patrocínio que dispensava ao programa. Como era de prever, o primeiro grupo independente de domésticas filiadas surgiu em Bogotá — onde o programa da ACEP começara em 1980. O *Comité de Trabajadoras del Hogar*, que tinha certas raízes na SINTRASEDOM, desempenhou papel chave na campanha pela elegibilidade à previdência social e beneficiou-se de contatos diretos com os promotores da ACEP até 1988, quando o grupo decidiu organizar-se formalmente como AMUTRAHOGAR. Um ex-membro do quadro de pessoal da ACEP continuou a prestar assessoramento jurídico e assistência técnica durante certo tempo, mas o relacionamento eventualmente se desfez em conseqüência de conflito de personalidades.

Em 1989, a Fundação Interamericana fez uma pequena doação à AMUTRAHOGAR para ajudar a custear despesas de operação básica e treinamento, na fase de formação da organização e para publicação de um boletim para as domésticas. Embora a AMUTRAHOGAR ainda não tenha atingido a capacidade institucional de agir como entidade agrupadora para recolher os impostos da previdência social, oferece seminários para informar as domésticas a respeito de seus direitos de trabalho básicos e procedimentos para acessar o sistema de previdência social. Os membros da Associação também foram treinados para fazer indenizações, para cujo serviço cobram a tarifa nominal de 200 pesos ou cerca de US\$0,30. O fato

de tantas domésticas não filiadas estarem esperando por este serviço naquela manhã de domingo da visita de Emma ao escritório da AMUTRAHOGAR comprova a necessidade não atendida que continua a reunir as domésticas.

Ainda recentemente, a AMUTRAHOGAR começou a andar sem rumo, enfrentando a necessidade de orientação profissional de fora e confusa a respeito do passo seguinte a tomar como instituição. Vários de seus líderes estão esgotados em consequência da longa década de luta em prol de todas as domésticas. A crise é típica de organizações cuja identidade está vinculada a um movimento social mais amplo, que freqüentemente se coaduna em uma ou duas metas claramente definidas.

Uma vez aparentemente atingidas essas metas, o grupo líder tem de fazer a transição difícil de um movimento para uma organização de desenvolvimento, a fim de enfrentar novos problemas à medida que surgirem e assegurar que não sejam perdidos os objetivos alcançados com tanto trabalho. A consolidação organizacional requer um novo estilo de liderança e, com freqüência, novos líderes bem como o aprimoramento da contabilidade, gestão e planejamento. Há o perigo de que, sem uma visão ampla do futuro, a AMUTRAHOGAR se transforme num clube social, onde mulheres como Emma Ojeda encontrem amizade e um ouvido amigo e uma pequena gama de serviços, em vez de dar o passo seguinte para tornar-se entidade agrupadora e atacar as questões não solucionadas que enfrentam as domésticas.

Embora o processo organizacional em Cali tenha começado posteriormente, poderá em breve ultrapassar as realizações de Bogotá. Quando o financiamento direto da ACEP terminou em 1988, a CAMI continuou a operar o seu programa filial com uma doação da Fundação Ford. No ano seguinte, a Fundação Interamericana também ajudou a consolidar os ganhos das domésticas de Cali, que começavam a sua própria organização de filiadas com a ajuda da CAMI. A *Unión de Trabajadoras del Hogar* (UTRAHOGAR) já vai adiantada em sua autonomia e os membros estão examinando formas organizacionais para encontrar a mais adequada antes de se tornarem legalmente incorporadas. A UTRAHOGAR já presta serviços de liquidação, mas o grupo também está empenhado em redigir estatutos que lhe possibilitem tornar-se entidade agrupadora para recolher o imposto da previdência social. Utilizando a CAMI como amostra para analisar como as questões de diferença sexual e raça afetam as trabalhadoras da Colômbia, a UTRAHOGAR ocupa-se ativamente

em formular um programa para ajudar as domésticas de Cali.

Mantendo a sua estratégia de financiamento para a Colômbia de reforçar redes de organizações de apoio de base, como a ACEP e a CAMI, bem como os grupos de filiados que trabalham com elas, a Fundação Interamericana também concedeu em 1988 uma doação à *Fundación Mujer y Futuro*, de Bucaramanga, criada no ano anterior por mulheres que tinham colaborado estreitamente com Magdalena León. A população urbana relativamente pequena e a cultura profundamente entranhada de machismo tornou o departamento de Santander, ao Norte, um ambiente difícil para trabalhar. Entretanto, *Mujer y Futuro* é o único elo da ex-cadeia da ACEP que criou uma entidade agrupadora, tendo registrado na previdência social, até esta data, 60 domésticas diaristas e recolhendo mensalmente cotas de 256 empregadores. Recentemente, *Mujer y Futuro* acompanhou o nascimento da *Asociación de Trabajadoras del Hogar de Santander*, de 25 membros, que recebeu reconhecimento jurídico em dezembro de 1991.

Em Barranquilla, no litoral norte, o escritório regional do *Foro Nacional por Colombia* continua a oferecer serviços de terminação como parte de seu programa mais amplo para mulheres de baixa renda. No entanto, o processo organizacional perdeu impulso, uma vez terminada a campanha em prol da lei de previdência social. No caso de Medellín, ninguém parece saber o que aconteceu com a ex-filiada da ACEP.

Na melhor das hipóteses, é difícil medir o progresso fora destes cinco locais. Quatro anos após a Lei 11, menos de 15% das domésticas estão filiadas à previdência social. A falta de tempo livre e o temor de perder o emprego continua a tornar difícil às mulheres formar organizações autônomas. Há o perigo de que a falta de recursos organizacionais ao nível de base e a ausência de divulgação em âmbito nacional deixarão a maior parte das domésticas com direito no papel, sem mais valor do que as reformas de 1977.

Entretanto, há sinais esperançosos. Muitas das mulheres já registradas na previdência social têm família e há menor probabilidade de que seus filhos agora façam parte da legião dos jovens sem-teto que enchem as ruas de Bogotá e das outras principais cidades. Alguns profissionais das ONG, que trabalham com microempresas, também crêem que a fórmula para estender a previdência social às domésticas pode ser um modelo para outras entidades do setor informal, proporcionando novo incen-

tivo a organizar-se e novas idéias para colaboração administrativa entre entidades da sociedade civil e do setor público. E embora o progresso pareça lento, as domésticas dispõem agora de organizações próprias, como a UTRAHOGAR em Cali e a associação de Santander, para defender seus interesses. Estas representam uma nova geração de mulheres determinadas a enfrentar a

longa caminhada em direção à plena participação na sociedade colombiana mediante a mudança de atitudes populares.

As anedotas correntes mostram que estão sendo ouvidas. Em Cali, os anúncios no rádio já não falam de “domésticas”. Não procuram mais “animais de estimação” mas trabalhadoras profissionais do lar.

---

JAMIE K. DONALDSON é a representante da Fundação Interamericana para a Colômbia.

## REFERÊNCIAS

- Chaney, Elsa M. e Mary García Castro, editoras. 1989. *Muchachas No More: Household Workers in Latin America and the Caribbean*. Filadélfia: Temple University Press.
- León de Leal, Magdalena. 1986. *Colombia: Domestic Labor and Domestic Service*. Em *Empowerment and the Law: Strategies of Third World Women*, editado por Margaret Schuler. Washington, D. C.: OEF International.

## VÍDEOS

*Asociación de Apoyo de la Trabajadora Doméstica.*

*La Trabajadora Invisible.*

Estes vídeos sobre o programa da ACEP, produzidos unicamente em espanhol, podem ser alugados ou comprados. Dirigir pedidos a: CINE MUJER, Avenida 25C, No. 4A-24, Apto. 202, Santafé de Bogotá, Colombia.

# DE PROTESTOS A PROGRAMAS

## Associações de bairro num município brasileiro

Bruce W. Ferguson

**SEGUNDO** a sabedoria convencional a respeito das organizações de bairro na América Latina, os grupos comunitários estão encerrados numa guerra sem fim com a prefeitura para conseguir obras públicas e serviços vitais. As razões desta desconfiança generalizada com relação ao governo local são bem fundadas. Adotando a política do clientelismo, os governantes têm canalizado fundos públicos a amigos, parentes e eleitores em vez de dirigi-los ao melhoramento dos serviços comunitários. As autoridades geralmente governam por ordem em vez de diálogo, dependendo da coesão e distribuição seletiva de favores para nomear líderes comunitários e manipular movimentos populares.

A restauração da democracia e os recentes movimentos para descentralizar o poder nacional em muitos países latino-americanos têm incentivado uma nova espécie de relacionamento entre as autoridades locais e os cidadãos. Por meio do "governo de participação", o governo municipal e os líderes de bairro formulam, em conjunto, programas comunitários e geram os votos necessários para mantê-los. Este novo estilo de política de base transcende o protetorismo, fazendo participar ativamente pessoas do local que antes esperavam que as soluções caíssem "de pára-quadras" da prefeitura.

Esta sinergia pode ajudar a esticar os magros recursos financeiros disponíveis aos governos municipais na América Latina; por exemplo, a renda per capita nos municípios brasileiros atinge, em média, menos de US\$5,00. Mesmo quando há fundos, os órgãos públicos freqüente-

mente carecem de informação pormenorizada e da credibilidade necessária para operar com eficácia nos bairros de baixa renda. Os grupos comunitários e as organizações não-governamentais que trabalham com eles podem cobrir estas lacunas de informação e mobilizar o trabalho voluntário para ampliar o alcance e reduzir o custo dos serviços públicos.

Este artigo examina como uma aliança eleitoral, no município de Cambé, entre um prefeito reformista e grupos de bairro enfraqueceu a influência do clientelismo, reforçou a organização comunitária e incentivou os moradores a irem além do protesto para participar da formulação e implementação de programas de desenvolvimento.

Situada na área metropolitana de Londrina — a terceira maior cidade do Sul do Brasil, com uma população de 500 000 habitantes — a região ao redor de Cambé foi povoada e cresceu em conseqüência do cultivo de café de mão-de-obra intensiva. Na década de 70, diversas forças juntaram-se para afastar da terra pequenos produtores e agricultores, inclusive crédito subsidiado para a agricultura de capital intensivo, leis que desencorajam o trabalho assalariado, superabundância no mercado internacional que levou o governo brasileiro a subsidiar a destruição de cafezais "excedentes", várias geadas desastrosas e um surto da demanda de soja na Europa Ocidental. Aumentaram dramaticamente as plantações de soja e trigo e a extensão da pecuária, deslocando um milhão de habitantes da zona rural do Norte do Paraná, onde se situa Cambé. Este êxodo rural teve conseqüências calamitosas: muitos mu-

nicípios rurais densamente povoados e prósperos tornaram-se remansos estagnados, enquanto as áreas metropolitanas eram inundadas por ex-agricultores empobrecidos sem qualificação para o trabalho.

Cambé também foi inundada. A sua população aumentou quase 60% na década de 80, passando de cerca de 54 000 para 86 000 habitantes. A maior parte deste crescimento ocorreu em assentamentos informais, chamados “loteamentos”, sem infra-estrutura básica — como água e esgoto — que ameaçavam sobrecarregar o município. Felizmente, tanto os governantes locais como um movimento de bairro surgiram para enfrentar o desafio. As três mais antigas associações dos bairros de mais baixa renda de Cambé — Jardim Tupy, Santo Amaro e Novo Bandeirantes — tomaram a dianteira, projetando luz no que se pode fazer quando grupos de cidadãos e líderes municipais preocupados trabalham em estreita colaboração.

## JARDIM TUPY

O Jardim Tupy é o bairro mais pobre de Cambé. Noventa e seis por cento de suas famílias ganham menos de US\$150,00 por mês, em comparação com 80% em Cambé como tal. Situada no lado errado da ferrovia com relação ao centro da cidade, o bairro estende-se morro abaixo até atingir os cafezais que proporcionam trabalho sazonal para a maior parte dos 3 000 residentes do loteamento. Há dez anos, o bairro era notoriamente deprimido. As chuvas de inverno abriam enormes buracos nas ruas sujas, às vezes tornando-as intransponíveis, até mesmo para os veículos de emergência. Os ventos do verão levantavam nuvens de poeira que causavam doenças respiratórias e manchavam de cor de ferrugem o rosto e os objetos das pessoas. O bairro carecia de água, esgoto, escolas, cuidados básicos da saúde e outros serviços de infra-estrutura. A fama de roubo, prostituição e violência tornava os moradores do Jardim Tupy praticamente inempregáveis.

Os movimentos de protesto que varreram o país no fim do regime militar na década de 70 eventualmente estimularam o fermento no Jardim Tupy. Os moradores fizeram reuniões de rua para discutir a escassez de serviços públicos essenciais. Os mais preocupados montaram altofalantes em caminhões e andaram pela cidade, anunciando suas queixas. Em 1980, Abel Alves Feitosa e um punhado de

pessoas formaram uma associação do bairro. Batizando-a “Democracia e Liberdade”, procuraram reunir-se com o prefeito para discutir os problemas do bairro.

O prefeito era um exemplo típico da tradição brasileira de clientelismo. Governava por ordem em vez de consultar assessores ou moradores, administrava concedendo favores em vez de desenvolver programas e fazia política-gem por meio de festas populares em vez de incentivar a organização de bairro. Olhava com desdém para as pessoas de baixa renda do Jardim Tupy e recusava considerar qualquer pedido relacionado com a infra-estrutura ou serviços públicos. Os líderes do Jardim Tupy fizeram a imprensa local focalizar a situação, mas o prefeito permanecia inflexível. Quando esses líderes viajaram a Brasília para participar dos protestos nacionais organizados por uma ampla coalizão de grupos em 1981, encontraram recepção ainda mais hostil. Um batalhão do Exército bloqueou a sua marcha para o Congresso Nacional, ameaçando abrir fogo.

A primeira vitória da associação do bairro surgiu mais tarde naquele ano, como resultado de um trágico acidente. Um caminhão que transportava agricultores do campo virou, matando quatro moradores do Jardim Tupy e mutilando outros seis. A associação do bairro organizou protestos, processou a empresa agrícola e, com a ajuda de um advogado parte do movimento comunitário local, ganhou um acordo que permitia às famílias das vítimas comprar os lotes de terra e os materiais para construir casas. Entusiasmada com esta vitória, a associação intensificou seus esforços organizacionais, aumentando o número de sócios e ganhando impulso político. Apesar das conquistas alcançadas pela confrontação, os líderes do Jardim Tupy em breve se convenceram de que a existência futura da associação dependia da mudança social sustentada e isso exigia mudança na prefeitura.

Depois de entrevistar os quatro candidatos a prefeito que concorriam nas eleições de novembro de 1982, os dirigentes da associação concluíram que somente Luis Carlos Hauly se havia “comprometido com o bem comum”. O pessoal de Hauly preparou uma plataforma em consulta com o incipiente movimento comunitário de Cambé e também concordou com o pedido do Jardim Tupy de um terreno para fazer uma horta comunitária. O fato de Hauly ter conseguido 97% dos votos do Jardim Tupy e maiorias substanciais de outros bairros de baixa renda de Cambé foi a chave para vencer as eleições. Pouco depois de assumir o governo, convenceu um proprietário

de terra a conceder o uso de um lote de 1 000 m<sup>2</sup> no Jardim Tupy para a "Democracia e Liberdade" fazer a sua horta.

Esta horta desempenhou papel central na evolução da associação e tornou-se modelo para 14 outras hortas comunitárias em Cambé. Alguns benefícios foram imediatos: as famílias participantes melhoraram a dieta e aumentaram a nova renda. Outros foram imprevistos e talvez de maior importância a longo prazo. Ao se organizarem para fazer a horta funcionar, os moradores do Jardim Tupy se organizaram a si mesmos.

Primeiro, a associação do bairro procurou organizar o cultivo coletivo por parte dos moradores da comunidade. No entanto, discórdias a respeito do método de preparo da terra e divisão da colheita resultaram em safra pobre. A associação então subdividiu a terra e distribuiu os lotes às oito famílias que tinham trabalhado mais arduamente. Por certo tempo, o vandalismo de não-membros era um problema. A associação respondeu convidando novas famílias a participar e cultivar seus próprios lotes. Em 1985, o município conseguiu que o proprietário da terra aumentasse 8 000 m<sup>2</sup>, subdivididos em 162 parcelas, suficiente para cerca de 25% das famílias do loteamento. Toda família do Jardim Tupy qualificava-se a participar, com a condição de cultivar o próprio lote e cumprir as normas da associação do bairro para mantê-lo. Na prática, a extensão de terra tem sido suficiente para manter o número de famílias dispostas a trabalhar ativamente na horta.

Nos seus oito anos de existência, a horta comunitária produziu bons e maus produtos, dependendo em grande parte do grau de eficiência em que os residentes organizavam seus próprios esforços e procuravam conseguir materiais agrícolas e serviços do governo local. A horta tem sido um marco útil para ensinar às pessoas a importância de trabalhar em conjunto e para mostrar-lhes a força política de manter-se unidos. Por exemplo, uma fonte natural fornecia água abundante à horta, mas se precisava de uma bomba para irrigar todos os lotes. A associação angariou o dinheiro para comprar a bomba e conseguiu que a prefeitura pagasse a eletricidade para acioná-la e permitisse acesso a fertilizantes, sementes e outros insumos, incentivando a conscientização de que "a união faz a força".

Abel Alves Feitosa afirma inequivocamente: "A horta comunitária educou este bairro. Antes, qualquer político que passava por aqui era aplaudido. Agora, perguntamos o que tem para oferecer e esperamos que cumpra a promessa." Além de Feitosa, vários outros líderes foram

formados por esta experiência. Entre eles figura Neuza Pereira, que iniciou seu trabalho comunitário como secretária da horta comunitária e que desempenharia papel chave na formulação de um programa de saúde infantil, descrito mais adiante neste artigo.

O impulso para consolidar e ampliar as associações de bairro de Cambé, inclusive o Jardim Tupy, transformando-as em organizações eficazes, veio do governo do novo Prefeito. Nos primeiros dois anos de seu mandato, Haully foi absorvido pelas tarefas de limpar o caos fiscal e administrativo deixado por seu predecessor e de procurar junto a diversos órgãos estaduais e federais novas fontes de financiamento de projetos. Quando, em 1984, houve fundos para obras públicas e serviços, Haully estabeleceu uma norma que influenciou profundamente o movimento de bairro em Cambé: quanto melhor organizado o bairro, mais investimento receberia.

O número de grupos comunitários explodiu de 3 para 21, abrangendo toda Cambé. Os bairros melhor organizados receberam aumentos significativos em bens e serviços públicos nos quatro anos seguintes. No Jardim Tupy, o município pavimentou 70% das ruas, levou água e eletricidade a toda a área, acrescentou as séries quinta à oitava ao ensino de primeiro grau, instalou esgotos em metade das casas, instalou telefones públicos e construiu uma creche e uma escola maternal.

A horta comunitária e a participação entusiástica por ela gerada na associação do bairro em breve chamou a atenção de outro programa que aceleraria ainda mais a organização do Jardim Tupy. À medida que a horta progredia, a Igreja Católica começou a introduzir no Brasil, juntamente com o UNICEF, a "Pastoral da Criança", um programa de saúde para reduzir as taxas de mortalidade entre recém-nascidos e crianças de tenra idade. Em virtude do seu "alto nível de organização comunitária e extrema pobreza", de acordo com o Bispo local, a Igreja Católica escolheu o Jardim Tupy para ser o segundo bairro brasileiro a participar de um programa que eventualmente incluiria mais de 4 000 bairros em todo o país.

Em julho e agosto de 1984, um freira acompanhou Neuza Pereira, secretária da horta comunitária, de porta em porta perguntando aos moradores do Jardim Tupy se queriam o programa. Praticamente todos responderam afirmativamente. Em setembro, um grupo de moradores fez um levantamento de todas as 600 famílias do bairro para preparar um perfil sócio-econômico das condições

que afetavam a saúde das crianças da área. Em dezembro, 23 mulheres do local voluntariaram-se para ser extensionistas sanitárias de seus quarteirões. Trabalhando sem salário, essas voluntárias, altamente motivadas, receberam treinamento em cinco áreas: exames pré-natais, importância da amamentação materna, vacinação, terapia de reidratação e método de monitoração e registro do peso e outros indicadores chave de crianças até cinco anos.

No início, as sanitaristas tiveram de visitar as famílias em casa para explicar o programa e convencê-las a participar. Hoje em dia, as pessoas visitam as sanitaristas não somente para pedir orientação a respeito da saúde dos filhos mas também sobre uma série de problemas — de doenças de adulto a desemprego. As sanitaristas tornaram-se um serviço informal de referência que ou indica às pessoas os órgãos públicos ou privados pertinentes ou intercede diretamente junto aos mesmos. Embora não sejam assalariadas, 22 do grupo original de 33 continuaram esse trabalho nos últimos seis anos por “puro prazer”, como disse uma delas, “de ver um criança crescer normalmente e saber que você participou”. Outras mulheres do local foram treinadas para substituir as que saíram. Um médico que trabalha na clínica do bairro, dirigida pelo município, nota o trabalho delas visível nas crianças, observando que são “mais saudáveis e melhor cuidadas do que as de outros bairros pobres por aqui”. Esta clínica contratou Neuza Pereira, que agora chefia a Pastoral da Criança no Jardim Tupy, como uma de suas duas enfermeiras, ajudando a unir os dois programas.

O Jardim Tupy já não é mais a favela notória de dez anos atrás. Continua muito pobre, mas goza de maior acesso à infra-estrutura e aos serviços públicos, de um nível relativamente alto de saúde infantil e de melhores níveis de nutrição. Os moradores atribuem esses melhoramentos à estreita colaboração entre a associação do bairro, a Pastoral da Criança, a paróquia católica local e o descongelamento das relações com o governo local. Ao contrário dos governos anteriores, que ignoravam os grupos comunitários, os chefes de órgãos municipais fazem questão de participar, quando convidados, das reuniões das associações de bairro e da Pastoral da Criança. Por sua vez, os líderes comunitários são bem recebidos na prefeitura.

A experiência com políticos e com o funcionamento de projetos, como a horta comunitária e a Pastoral da Criança, também ensinou aos líderes do bairro a levar em consideração os limites do governo local. Esta consciên-

tização acalma suas frustrações quando as reivindicações não são atendidas em virtude de restrições fiscais e ressalta a importância de iniciativas de auto-ajuda. Com frequência os líderes lembram aos moradores que ser prefeito, tal como ser presidente da associação do bairro ou da horta comunitária, é difícil e a responsabilidade pela melhoria das condições depende tanto dos moradores como do governo. Entretanto, a maioria concorda com a opinião de Abel Alves Feitosa de que, “se os políticos quiserem subir no mundo, têm de começar primeiro a fazer alguma coisa aqui.”

## SANTO AMARO

O segundo bairro a ser examinado é Santo Amaro, uma extensão plana que vai de um parque industrial local à estrada de Cambé a Londrina. Habitada principalmente por famílias de empregados da fábrica, a maior parte dos 8 500 moradores é de baixa renda, mas em melhores condições do que os moradores do Jardim Tupy ou de Novo Bandeirantes. Com seu moderno centro comunitário, creche, clínica de saúde, delegacia de polícia, telefones públicos, ruas pavimentadas e iluminadas, além de diversas praças esportivas, Santo Amaro assemelha-se a uma área de classe média — e nada desta infra-estrutura existia há dez anos.

Embora o Jardim Tupy seja a área melhor organizada de Cambé, a associação do bairro de Santo Amaro foi a que mais se aproximou da solução do maior problema organizacional que assola os grupos comunitários: falta de recursos próprios. Incentivados pelos movimentos de protesto em âmbito nacional no fim da década de 70 e início da de 80, os moradores de Santo Amaro formaram uma associação do bairro em 1981 e também pediram à prefeitura melhores serviços. Encontraram a mesma resistência que sofrera o Jardim Tupy um ano antes, mas, ao contrário deles, se dissolveram.

A decisão do Prefeito Haully de ligar os investimentos de infra-estrutura ao nível da organização de bairro incentivou alguns dos moradores de Santo Amaro a ressuscitar a associação. Liderados pelo seu presidente, que mais tarde venceria as eleições para a câmara de vereadores, os membros do grupo de jovens da Igreja Católica local assumiram o controle e conseguiram da prefeitura uma ampla série de obras públicas e serviços.

Um desses projetos, a construção de um centro comunitário capaz de acomodar 1 000 pessoas, abriu as portas

para a angariação de fundos independente. A renda de danças de fim de semana no centro, que normalmente atraem de 600 a 800 pessoas, permitiu à associação desenvolver uma rede de cinco comissões e 14 outras entidades para prestar uma série de serviços.

A comissão de esportes paga o salário do juiz e organiza campeonatos o ano todo. A comissão de cultura promove duas a três peças por ano e organiza um bloco de carnaval. A comissão de assistência social ajuda a manter uma creche municipal, distribui leite dos programas municipais e federais e fornece cadernos aos alunos necessitados. A comissão de saúde trabalha com a clínica municipal local e a comissão de segurança procura conseguir melhores serviços da polícia, promovendo programas de vigilância de bairro para combater o crime. Os outros 14 grupos que recebem apoio da associação vão de clubes de mães a uma horta comunitária. Todas estas atividades são financiadas e coordenadas por meio da associação num "conselho municipal" semianual de representantes dos grupos participantes.

Graças à base de recursos e muitas atividades, a organização de bairro de Santo Amaro está em melhores condições de sobreviver por si só quando as restrições fiscais paralisam a prefeitura. Como disse um morador, "nossa primeira tentativa de organização falhou quando o prefeito nos ignorou, mas agora somos auto-suficientes o bastante para continuar nossos programas mesmo quando o município não tem dinheiro."

As eleições municipais de 1988 terminaram sendo um referendo sobre a administração da reforma do Prefeito Haully e aumentaram a influência de Santo Amaro no governo local. Waldemar Ribeiro da Cunha, presidente da associação do bairro, candidatou-se e elegeu-se para a câmara de 11 vereadores, da qual também participavam três outros colegas do movimento de associações comunitárias. Cada qual continua a trabalhar ativamente no bairro que proporciona sua base de apoio eleitoral. Por exemplo, Waldemar continua a participar das reuniões da associação do bairro que outrora dirigiu e ajuda constantemente os moradores de Santo Amaro a solucionar os problemas, mediando entre os cidadãos e os órgãos municipais. A sua influência política tem ajudado a fazer de Santo Amaro o bairro de baixa renda melhor equipado de Cambé. Juntos, os membros dos quatro conselhos do "movimento comunitário" aumentaram a influência das associações de bairro e ajudaram a impedir o retorno à política tradicional do clientelismo.

Entretanto, a vitória chave em 1988 ocorreu na campanha para prefeito. Como a lei brasileira proíbe que um prefeito sirva dois mandatos consecutivos, Haully tinha preparado seu sucessor, José do Carmo Garcia, para continuar suas políticas. O colega de chapa de José era o advogado que ajudara o Jardim Tupy a conseguir o acordo para a família dos agricultores vítimas do acidente de caminhão em 1981. Concorria contra eles o ex-prefeito, cujo governo tipificava a tradição clientelista do Brasil. Embora o ex-prefeito usasse a retórica da participação para adaptar-se aos tempos, um historiador da política de Cambé observou que "basicamente ele não mudara, dirigindo a campanha com base na personalidade." Acumulando vasto número de eleitores trazidos pelas associações de bairro dos loteamentos de Cambé, Garcia teve uma vitória decisiva em sua primeira campanha para cargo público. O governo de participação continuaria pelo menos por mais quatro anos.

## NOVO BANDEIRANTES

O terceiro bairro examinado neste artigo, Novo Bandeirantes, ilustra como uma associação do bairro pode assumir a liderança na formulação e implementação de programas públicos. Situada no meio da estrada para Londrina, onde a maior parte de seus moradores trabalha no setor de serviços e no comércio, Novo Bandeirantes tem experimentado uma explosão populacional nos últimos anos, atingindo agora mais de 16 000 habitantes. O seu movimento de bairro também nasceu dos movimentos de protesto da década de 70 e beneficiou-se do apoio da paróquia católica local. A eleição de Haully em 1982 incentivou o bairro a organizar-se e conseguir da prefeitura a pavimentação e iluminação das ruas, instalação de telefones públicos, horta comunitária, clínica de saúde e uma campanha para retirar o lixo de terrenos baldios.

Crendo que este era apenas o primeiro passo, o pároco, missionário italiano que desempenhara papel chave na organização da comunidade, reuniu-se com o presidente da associação do bairro para planejar uma abordagem mais ativa ao desenvolvimento de base que ia além de simples pressão sobre o governo local em busca de mais serviços. Em 1986, convocaram uma reunião com o prefeito, vereadores e moradores para propor um levantamento sócio-econômico a fim de traçar novos programas para atender às necessidades da comunidade.

Com a ajuda do Secretário de Saúde municipal,

prepararam uma lista de 52 perguntas que seriam feitas por 120 pessoas da associação do bairro e de diversos grupos da Igreja na visita às 1 200 famílias. Fizeram a pesquisa em dezembro de 1986 e tabularam os resultados no início do ano seguinte com a ajuda do serviço de informática da prefeitura. Alguns dos resultados surpreenderam a todos: apesar de extenso programa de eletrificação anterior, 5% dos domicílios não tinham eletricidade e uma percentagem inesperadamente alta dos mesmos — 10% — não tinham instalações sanitárias de espécie alguma. Outros resultados confirmaram impressões anteriores dos líderes do bairro e do governo municipal: 25% das crianças não tinham sido vacinadas contra o pólio, tuberculose e outras doenças e 47% das famílias tinham problemas relacionados com o título de propriedade.

Em março, a associação do bairro convocou uma reunião de acompanhamento para discutir os resultados com o prefeito, chefes de órgãos municipais e moradores. Todo problema descoberto pela pesquisa foi discutido numa busca comum de solução. Por exemplo, os moradores sugeriram que a prefeitura poderia reforçar a aplicação das normas de construção, enquanto o bairro poderia organizar uma campanha de publicidade para aumentar a conscientização do vínculo entre saneamento e saúde. O Secretário da Saúde municipal lembrou então que um colega lhe tinha falado de um programa federal para a construção de instalações sanitárias e ofereceu-se para solicitar o financiamento. Quando se revelou a falta de eletricidade em 5% dos domicílios, o prefeito observou que a campanha de eletrificação tinha sido suspensa unicamente porque se pensara que estivesse concluída e que ele a reativaria.

Utilizando os resultados da pesquisa e as idéias geradas na reunião, a associação do bairro e os órgãos do governo local prepararam um plano de ataque. O município solicitou financiamento do governo federal para a construção de 400 sanitários, enquanto a associação do bairro identificou e registrou os domicílios que careciam dos mesmos. Enquanto esperava a chegada dos fundos, a associação começou a planejar uma campanha ambiciosa de saúde para mostrar como os sanitários e a vacinação protegiam todos contra doenças contagiosas.

O problema da vacinação, em particular, ilustra o tipo de situação na qual as associações de bairro podem ter impacto dramático. O município abriu uma clínica em Novo Bandeirantes tempos atrás e a estocara amplamente com vacinas. No entanto, a pesquisa revelara que muitas

crianças não tinham sido vacinadas por diversas razões imprevistas. Muitas mães pensavam que a vacina oral contra o pólio protegia contra todas as doenças. As mães que trabalhavam fora do lar não tinham quem levasse seus filhos à clínica nas horas em que estava aberta. Outras careciam de documentação e acreditavam que isso as excluía da vacinação. A associação e o Secretário da Saúde prepararam um *show* de diapositivos para esclarecer esses mal-entendidos e realizaram uma série de reuniões com as mães, durante as quais uma enfermeira da secretaria municipal da saúde explicava a importância da vacinação e o funcionamento da clínica local. No fim de 1987, a taxa de vacinação passara de 42% para mais de 100% do padrão de cobertura eficaz da Organização Mundial da Saúde. Sem a pesquisa, acesso aos moradores e trabalho voluntário proporcionado pela associação, o programa original de vacinação do governo local teria fracassado sem ninguém saber por quê.

Embora no Brasil não se necessite de documentação oficial para receber vacina, freqüentemente impede as pessoas de receber outros serviços públicos e emprego. Para solucionar o problema da documentação revelado pela pesquisa, a associação do bairro conseguiu que oficiais da Polícia Federal visitassem Novo Bandeirantes em quatro fins de semana com máquinas fotográficas e equipamento de laminação necessários para fazer carteiras de identificação oficial, resultando na emissão de 42 carteiras de identidade com foto.

No fim de 1987, tinham chegado os fundos para construir os sanitários. O município utilizou-os para fabricar blocos de cimentos e outros materiais de construção e conseguiu da Secretária Estadual da Saúde torneiras, vasos e pias. Para qualificar-se ao programa, as famílias tinham de contribuir com o trabalho de uma pessoa no fim de semana, mas 20 membros da associação do bairro e dos grupos da igreja fizeram o grosso da construção, supervisionados por um capataz do município. Nos fins de semana, durante um ano e meio seguintes, construíram 350 instalações sanitárias. Aproveitaram também para ensinar as famílias beneficiárias certas práticas de higiene, limpar entulhos dos quintais e fechar fossas abertas.

Ao contrário dos programas de obras públicas tradicionais, este destinava-se a informar os beneficiários e mudar suas atitudes. Tal amplidão requeria um tempo enorme sem salário e um grande esforço por parte dos membros da associação do bairro para ter êxito. Como explica o presidente da associação, "o que nos motivava

era a convicção de que estávamos resolvendo um problema de saúde de *toda* a comunidade. Acima de tudo, estávamos procurando mudar a mentalidade do povo mostrando às famílias que elas podiam ajudar a si mesmas, que tinham de agir se quisessem que as coisas melhorassem, porque não se tratava apenas de um problema do governo. Os programas municipais em que a prefeitura simplesmente constrói sanitários sem se preocupar com o que acontece depois de irem embora os construtores, não melhoram muito ou quase nada a saúde pública.”

Em 1989, o programa de sanitários tinha alcançado a maioria dos objetivos e os membros da associação novamente examinaram os resultados da pesquisa para decidir o que fariam a seguir. A falta do título adequado da propriedade era a preocupação número um dos moradores, mas a associação do bairro sabia que esta questão espinhosa requeria recursos consideráveis e apoio político externo para ser solucionada. Quando Novo Bandeirantes se desenvolveu como subdivisão ilegal, o proprietário da terra vendeu lotes usando formulários de contrato que não implicavam o título legal. Muitos dos compradores originais tinham revendido a propriedade usando o mesmo método. Outros se tinham mudado, por problemas conjugais ou de outra natureza, sem deixar qualquer documentação ao ocupante subsequente. Para complicar ainda mais a situação, o proprietário original da terra tinha falecido e seus herdeiros moravam em São Paulo. Esta situação emaranhada era obstáculo insuperável para todos, menos para um punhado dos moradores mais persistentes, que tinham conseguido o título de sua propriedade com grande esforço e a um custo exorbitante.

Embora a solução do título da propriedade representasse uma tarefa assustadora, a associação do bairro podia contar com o apoio total da prefeitura, porque dois vereadores deviam a sua eleição ao eleitorado esmagador de Novo Bandeirantes. Apoiados pelo governo local, os líderes do bairro entraram em acordo com os herdeiros do antigo proprietário e com o tabelionato para emitir transferências de título e reduzir os custos. A associação obteve fundos do governo estadual para os residentes de renda tão baixa que não estavam em condições nem de pagar as taxas reduzidas. Com o sistema em funcionamento, os líderes da comunidade, um vereador e o tabelião realizaram 15 reuniões nas sextas-feiras à noite para explicar o processo aos moradores, seguidas de 15 reuniões nos domingos à tarde para registrar as famílias. O prefeito entregou os primeiros 130 títulos numa cerimônia em

fevereiro de 1990 para divulgar ainda mais o programa.

Tal como a horta comunitária do Jardim Tupy inspirou muitas outras hortas comunitárias em toda Cambé, espalhou-se a notícia dos programas de saúde pública e título da propriedade de Novo Bandeirantes e outras associações de bairro de Cambé os estão imitando. Quando o governo local é parceiro em vez de obstáculo, os programas de bairro bem-sucedidos tornam-se banco de idéias onde se inspiram os grupos comunitários.

## O TODO MAIOR DO QUE AS PARTES

A experiência de Cambé mostra que a cooperação entre governos locais reformistas e associações de bairro podem superar o clientelismo e gerar novos recursos para o desenvolvimento de base, inalcançável às partes individuais. Assim explica o presidente da associação de Novo Bandeirantes: “Muitos grupos comunitários supõem que sempre têm de lutar contra a prefeitura. Passam o tempo todo se queixando e não conseguem construir nada. Isso lhes custa a credibilidade e pouco obtém do governo municipal. Mesmo quando acontece alguma coisa, geralmente é apenas uma aspirina. Elegendo dois vereadores e colaborando estreitamente com o governo da reforma, conseguimos levantar o nosso bairro.”

Faz eco a este sentimento o secretário do gabinete do prefeito, que vem trabalhando com grupos da comunidade há dez anos. Observa ele: “É compreensível que as associações de bairro tenham medo da forma tradicional pela qual os políticos têm procurado controlar as pessoas, mas às vezes isso as leva ao erro de acreditar que a luta é a única forma de evitar a agregação. Se colaborarem, poderão solucionar os problemas da sua comunidade e, ao mesmo tempo, reforçar politicamente a posição das autoridades municipais que respondem às suas iniciativas.” A experiência do Jardim Tupy, Santo Amaro e Novo Bandeirantes sugere o que os governos municipais e as associações de bairro podem esperar um do outro e o que cada qual faz melhor. Primeiro, as associações de bairro proporcionam entrada nas áreas de baixa renda e informação sobre as mesmas, ajudando o governo municipal a usar mais sensatamente seus recursos. Este freqüentemente dispõe de informação vaga ou inexata a respeito da vida nos bairros de baixa renda. Assim, a falta de sanitários e de eletricidade revelada na pesquisa dos domicílios de Novo Bandeirantes surpreendeu os administradores mu-

nicipais que tinham suspenso ou deixado de aplicar os programas para solucionar esses problemas, crendo que a cobertura era quase universal. O departamento de planejamento de Cambé também descobriu que as ruas que tencionava pavimentar primeiro não eram as mais importantes para os residentes, o que levou a consultas regulares com os grupos de bairro antes de realizar futuros projetos de construção.

Sem esta informação, o governo municipal arrisca-se tanto a desperdiçar dinheiro em investimentos irrelevantes à grande maioria como a perder a eleição seguinte. O predecessor clientelista do Prefeito Haully gastou grandes importâncias durante o seu mandato em projetos vistosos, como iluminação da rodovia estadual até a cidade. O governo de participação de Haully passou o investimento para as clínicas de saúde, creches, ruas do bairro, água, eletricidade e outros serviços públicos essenciais de que careciam os residentes. Não é de surpreender que o ex-prefeito clientelista tenha perdido as eleições de 1988 para o sucessor de Haully.

Segundo, as associações de bairro podem mobilizar a mão-de-obra local, de forma que os recursos municipais limitados possam ser ainda mais esticados. Assim, as 33 sanitárias da Pastoral da Criança do Jardim Tupy monitoram praticamente todas as crianças e mulheres grávidas neste bairro de baixa renda. Dedicam horas intermináveis a pesar bebês, explicar a importância da amamentação materna, ensinando terapia de reidratação e realizando outras atividades relacionadas com a saúde de recém-nascidos e de crianças de tenra idade. O seu trabalho possibilita à clínica municipal, com um médico e duas enfermeiras, concentrar-se no tratamento de pacientes gravemente enfermos e em emergências médicas. Da mesma forma, as associações de bairro de Novo Bandeirantes assumiram a liderança na documentação e solução dos problemas de saúde da área, enquanto a prefeitura proporcionava os recursos financeiros e os conhecimentos técnicos para fazer funcionar os esforços da associação.

Saúde, habitação e atividades recreativas parecem áreas especialmente promissoras à participação local sólida a fim de maximizar os recursos públicos. A experiência de Cambé também sugere que as organizações comunitárias ativas talvez sejam o melhor ou até mesmo o único meio para estes órgãos públicos atingirem os bairros de renda mais baixa.

Por sua vez, a assistência do governo municipal pode desempenhar papel essencial no estímulo e fortalecimento

dos grupos de bairro. Conforme expressou o presidente da associação do Jardim Tupy, "a presença do prefeito e de outras autoridades públicas em nossas reuniões é uma grande coisa em si mesma e dá credibilidade à nossa organização. Diz às pessoas que o nosso trabalho é sério e as incentiva a participar."

Eventualmente, os grupos de bairro mais sofisticados e mais eficazes vão além da apresentação de pedidos, passando para projetos de auto-ajuda. Quando uma crise fiscal seca os fundos públicos, essas atividades permitem às associações de bairro enfrentar a tempestade e continuar a prestar os serviços mínimos. Entretanto, o governo municipal não pode, de forma realista, esperar que os esforços de auto-ajuda da comunidade substituam os bens e serviços públicos vitais. Somente o governo municipal dispõe dos meios para construir grandes projetos de infraestrutura, como ruas, abastecimento de água, esgotos, eletricidade e clínicas de saúde. A participação ativa das pessoas de baixa renda assegura que estes investimentos cheguem às pessoas que mais precisam deles.

A experiência de Cambé em participação comunitária é um exemplo, mas qual é a probabilidade de se repetir em outras partes? A prova de outras áreas do Brasil é encorajadora. O movimento de base de que Cambé é parte estende-se há duas décadas e as sementes plantadas nos meados da década de 70 floresceram com a volta da democracia na década de 80.

Dois exemplos iniciais, de modo especial, destacam-se como precursores. O primeiro, Boa Esperança, é um pequeno município rural no Estado do Espírito Santo, cuja terra foi consolidada em grandes propriedades usadas para pecuária e retidas para investimento. No fim da década de 70, o governo municipal iniciou um processo de planejamento de bairro que incentivou a participação da comunidade, culminando em programas para arrendar a terra de propriedade de donos ausentes a pequenos agricultores e gerar serviços de apoio eficaz mediante a reforma dos sistemas fiscais e administrativos municipais. O segundo exemplo é o município de Lajes, em Santa Catarina. Um governo reformista incentivou a organização comunitária em larga escala e iniciou projetos de construção de moradia de auto-ajuda e hortas de bairro antes que um prefeito clientelista vencesse as eleições subsequentes e desmantelasse os programas.

O Prefeito Haully, de Cambé, visitou Lajes pouco depois de sua eleição em 1982 para ver o que poderia aprender de sua experiência. Diz ele: "O que encontrei

em Lajes foi muito positivo. Baseamos muitas de nossas iniciativas em seus programas para os bairros de baixa renda. Mas também aprendemos dos erros deles. Romperam com a classe média e perderam a eleição seguinte. Procuramos motivar a participação para melhorar os serviços a uma ampla camada da população de Cambé e vencemos a eleição seguinte com o apoio tanto dos distritos mais abastados como dos habitantes dos loteamentos nos arredores.”

Enquanto o prefeito de Cambé utilizava as lições de Lajes para iniciar novos programas e formar uma coalizão para mantê-los, os líderes dos loteamentos também lançavam mão de sua experiência para criar novas associações de bairro e transformá-las num movimento. Abel Alves Feitosa, presidente da associação do Jardim Tupy, por exemplo, tinha organizado grupos comunitários num pequeno município rural do Paraná antes de mudar-se para Cambé.

O movimento que fundaram e a sua aliança com o novo prefeito reformista refletiram a segunda fase do governo de participação no Brasil. Na década de 80, o movimento comunitário, em âmbito nacional, estava passando de uma ideologia de assistencialismo para um

crença em maior auto-suficiência baseada na experiência direta obtida da organização de construção de moradias pelo método da auto-ajuda, hortas comunitárias e conselhos comunitários. Talvez o exemplo que recebeu maior publicidade tenha sido o de Toledo, no Paraná, onde, de 1983 a 1988, o governo municipal adotou o *slogan* de Boa Esperança — “a comunidade está no comando” — e utilizou-o para inspirar a formação de associações de bairro, começar uma série de indústrias comunitárias e concatená-las por meio do conselho comunitário que tinha influência no processo orçamentário anual do município.

Apesar desses sinais encorajadores, a tendência para o governo de participação não é universal e seus resultados iniciais são variados. O governo de Haully, em Cambé, cujos programas de saúde e educação foram premiados pelo elemento de participação, está entre os melhores. À medida que outros líderes municipais e comunitários aproveitarem as novas oportunidades criadas pelo retorno da democracia e aprenderem uns dos outros, abandonar o legado de séculos de clientelismo para encontrar soluções para seus problemas em si próprios e nos vizinhos.

---

BRUCE FERGUSON é pesquisador associado do Urban Institute em Washington, D. C. e publicou vários trabalhos sobre questões internacionais e nacionais. De 1988 a 1990, fez pesquisas para sua dissertação de doutorado sobre desenvolvimento de municípios no Brasil e a concluiu com o apoio da Fundação Interamericana, Organização dos Estados Americanos e Fulbright Foundation.

*A cultura das populações marginalizadas é um anacronismo a ser deixado de lado ou uma oportunidade a ser aproveitada?*

## ENERGIA CULTURAL E DESENVOLVIMENTO DE BASE

Charles D. Kleymeyer

“A CULTURA é como uma árvore”, diz Mariano López, líder Tzotzil do município de Chamula em Chiapas, no México. “Se se permitir que os galhos verdes — a língua, as lendas e os costumes de um povo — caiam descuidadamente, as raízes que unem o povo ao seu lugar na terra e uns aos outros também começarão a murchar. O vento e a chuva e os elementos varrerão o solo; a terra tornar-se-á um deserto.”

A mais de 2 000 km, ao longo do litoral verdejante do Sul do Equador, Juan García, folclorista afro-equatoriano, ressoa esta urgência e, ao fazê-lo, oferece uma solução. “O salvamento de uma cultura”, diz ele, “é impossível sem o desenvolvimento ao nível da comunidade. E o contrário também é verdade.”

Estes dois depoimentos implicam que a expressão cultural, em toda a sua riqueza e variedade, não é simplesmente um subproduto da forma como a sociedade organiza as suas relações sociais e produtivas; é instrumento vital para gerar a visão e energia necessárias para transformar essas relações. Em sua teoria da “conservação e mutação da energia social”, Albert Hirschman (1983) argumenta que os projetos comunitários — inclusive muitos que parecem ter falhado — trabalham cumulativamente para gerar o compromisso e as aptidões que as pessoas de baixa renda podem canalizar para esforços novos e mais ambiciosos de desenvolvimento.

Este artigo baseia-se em materiais de pesquisa de campo publicados em mais de uma década de Desenvolvimento de Base e examina a experiência mais ampla da Fundação Interamericana para ver como a energia cultural é a chave para mobilizar a ação social que impulsiona os projetos de base. A energia cultural é o principal

motivador da ação social entre os indivíduos, grupos, comunidades e até mesmo países. É gerada por pessoas comuns por meio da expressão criativa diária — no trabalho e na “diversão”, que freqüentemente se sobrepõem. É também galvanizada pelos esforços combinados de militantes culturais que conscienciosamente a utilizam como instrumento de desenvolvimento. Compreendem que a presença ou ausência de energia cultural pode fazer diferença se o projeto é lançado, sustentado e ampliado. A energia cultural é uma força poderosa na criação e reforço da solidariedade do grupo, eficácia organizacional, participação e espírito voluntário — todos elementos básicos de iniciativas de desenvolvimento de base bem sucedidas.

Nos últimos 21 anos, menos de 10% dos 3 307 beneficiários da Fundação focalizaram a cultura como instrumento potencial de desenvolvimento. Esta amostra é demasiadamente pequena para desenhar um panorama genérico da implementação dos projetos, mas oferece aos financiadores, órgãos públicos e organizadores locais uma visão crucial do processo de desenvolvimento de base e como pode ser reforçado. Entretanto, antes que isso possa acontecer, é preciso eliminar certas concepções errôneas a respeito da natureza da cultura e do desenvolvimento.

### A BUSCA DE UM PROGRAMA ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO

O pessoal técnico e de planejamento dos órgãos públicos e das instituições privadas há muito têm a tendência de não levar na devida consideração o vínculo entre cultura e desenvolvimento, entre tradição e mudança. Quando a base de recursos que alimentava a economia industrial

parecia inexaurível, era possível pensar em “desenvolvimento” em termos mecânicos, como problema de escala em vez de valor. A tecnologia era o esqueleto chave para liberar “a riqueza das nações”; considerava-se que tanto os bens de capital como o contexto institucional de utilização dos mesmos eram mais um conjunto de produtos de consumo para exportação, escoando da linha de montagem no Norte. No fim da década de 60, este otimismo amainara e muitos teóricos do desenvolvimento culpavam a falta de progresso nas culturas tradicionais que se voltavam para o passado.

Na América Latina e no Caribe, tal crítica era com frequência internalizada, especialmente nos países com divisões étnicas acentuadas que remontavam à conquista européia. A homogeneização cultural que expressava os valores e as necessidades das elites urbanas em processo de modernização era considerada como condição prévia para o crescimento econômico e a cultura local e as diferenças sociais eram vistas como obstáculos a serem superados em vez de oportunidades a serem aproveitadas. Quer orientada para o mercado ou controlada pelo Estado, a modernização era um regime a ser importado do exterior e imposto de cima.

As limitações dessa abordagem vieram à tona na década de 80 devido à crise da dívida nos países em desenvolvimento e por uma ameaçadora crise ambiental em todo o mundo. Procuram-se agora métodos alternativos para impulsionar o “desenvolvimento sustentável”, cuja premissa afirma que o crescimento econômico a longo prazo depende de uma gestão mais cuidadosa em vez de exploração mais intensa de recursos. Isso implica uma nova forma de considerar os problemas, ressaltando a diversidade e procurando utilizar os pontos fortes das culturas nativas e das comunidades locais, a fim de vê-las como depositárias do conhecimento que tem sido distilado durante gerações de experiência prática.

Recentemente, a antropóloga Alaka Wali (1990) examinou a experiência de dois projetos, financiados pela Fundação Interamericana, entre os Aimarás e os Mapuches do Chile. No exame desses programas, Wali identificou dois motivos urgentes de apoio às culturas nativas locais. Primeiro, quando as pessoas são arrancadas do interior por políticas públicas mal concebidas, perdem não apenas a terra mas suas raízes culturais, aquela mescla de valores, relações sociais e aptidões que formam o esteio de sua produtividade. Com muita probabilidade, afluem para as cidades onde, sem condições para automanter-se, cor-

rem o perigo de tornar-se uma subclasse permanente, aumentando o peso da sociedade nacional já incapaz de prestar os serviços sociais básicos à sua população urbana.

Segundo, as populações indígenas podem ser os melhores manejadores dos frágeis ecossistemas em que frequentemente habitam. Quando os Aimarás da cadeia de montanhas Norte Grande, nos Andes chilenos, se organizaram para defender contra a poluição produzida pela mineração do nitrato os seus direitos tradicionais ao uso da água para irrigação de cultivos, afirmaram a intenção de que a terra permanecesse habitável muito depois de esgotar-se sua riqueza mineral. Ao adotar esta visão a longo prazo, protegeram sua sobrevivência e as bacias que abastecem os vales mais baixos e as cidades litorâneas desta região árida.

Gerações de opressão econômica e a concentração do poder em Estados-nação tornaram improvável que muitos povos indígenas salvem sua terra sem assistência externa. Quase duas décadas de desenvolvimento de base confirmam a afirmação de Wali de que tal ajuda será inútil a não ser que tenha seus fundamentos e busque reforço nos padrões de organização comunitária que constituem o núcleo da identidade étnica. Isto significa que se deve dar à comunidade opções que permitam aos habitantes locais estabelecer a agenda de seu próprio desenvolvimento e escolher as tecnologias que reforcem em vez de solapar a coesão comunitária.

## O ENIGMA DOS KUNAS

Em parte alguma a possível identificação entre o destino da cultura indígena e o meio ambiente tem sido mais pronunciado do que entre os índios Kunas do Panamá. No início da década de 80, com ajuda da Fundação Interamericana e de outros doadores, os Kunas criaram um parque para pesquisa específica que demonstrou a sua capacidade de escolher idéias e técnicas úteis da cultura ocidental e adaptá-las às suas necessidades.

Esse parque, que começou como um bloqueio de estrada para impedir que os colonizadores invadissem a terra da tribo, transformou-se numa proposta ambiciosa para desvendar os conhecimentos dos Kunas sobre o seu ecossistema, a fim de descobrir métodos de agricultura sustentável adaptáveis às florestas tropicais. Em 1986, ao comentar sobre esta experiência, Patrick Breslin, cientista político, acreditava que era o sentido firme de identidade dos Kunas — seu conhecimento de quem eram e de onde

vinham — que permitiu o prosseguimento dessa experiência. Breslin também a ofereceu como modelo para o tipo de autoconfiança necessária em *todo* projeto de desenvolvimento de base bem-sucedido.

Portanto, é perturbador perceber que a cultura tradicional Kuna talvez esteja em extinção, apesar de um dos esforços mais enérgicos e deliberados por parte de qualquer grupo indígena do hemisfério no sentido de controlar o processo de mudança (Chapin, no prelo). O antropólogo Mac Chapin nota como a introdução de novas aptidões necessárias para coexistir com os sistemas político e econômico do Panamá lentamente desvendou o vínculo entre a educação e os padrões tradicionais de trabalho, interrompendo a transmissão de crenças aos jovens e solapando a visão ancestral sobre o funcionamento do mundo e do lugar adequado do ser humano nele.

Os Kunas começaram a construir escolas no estilo ocidental há mais de meio século e incluem agora membros com educação superior, como advogados, biólogos e outros profissionais. Alguns deles ajudaram a estabelecer o parque de pesquisas. De acordo com Chapin, consideram o projeto como um receptáculo no qual a antiga cultura se poderia mesclar com a ciência ocidental para criar uma ligação nova e mais sólida. No entanto, seus planos para catalogar a rica tradição oral da comunidade, para trazer ao parque os especialistas em rituais Kunas a fim de identificar a flora e fauna, para fazer os mais velhos trabalharem ao lado dos técnicos do projeto no estudo da base científica dos sistemas tradicionais de silvicultura ainda não se transformaram em realidade.

As dificuldades logísticas são parcialmente responsáveis, porque o parque está num planalto do interior, distante das comunidades das ilhas litorâneas onde vivem os mais velhos e a várias horas da Cidade do Panamá, onde reside a maior parte dos membros do projeto, a fim de coordenar o programa com entidades externas. Porém, a dificuldade inerente é uma divisão entre as gerações dos próprios Kunas. Os mais velhos consideram a cultura como um conjunto de conhecimento herdado que se renova por meio do contato direto de cada geração com os recifes, estuários e selvas da região de San Blas; é a seiva de uma árvore viva. Para os jovens aculturados, a cultura é uma chave para o que significa ser um “autêntico” Kuna, uma solução para o enigma da própria identidade imposto pela modernização. Para eles, a cultura é um bosque imenso e inerte que mantém a árvore em pé durante o vendaval.

O progresso limitado do parque reflete a estreiteza do consenso entre as gerações. O propósito principal do parque era formar uma coalizão com pessoas de fora simpatizantes à sua causa que impedissem a onda crescente de colonização por outros estranhos. Conseguiu-se uma certa pausa momentânea. Mas o que acontecerá a longo prazo se os Kunas não puderem renovar o espírito da antiga cultura antes de esta se ver reduzida a uma vaso ornamental esculpido com esmero? Uma variante da ecologia ocidental ainda poderia surgir para preencher esse vaso com algo nutritivo ou tornar-se-á um receptáculo para o vazio resultante de não ser nem panamenho nem Kuna?

As respostas estão longe de ser certas e isso apresenta um enigma ainda mais espinhoso. Se um dos poucos povos indígenas do hemisfério a sobreviver no Século XX com sua cultura, identidade e autonomia política e econômica relativamente intactas não puder resistir à fustigação da modernização, quais são as perspectivas do desenvolvimento baseado na cultura em outras partes?

## POLINDO O ESPELHO DA CONSCIENTIZAÇÃO

Um indício é apresentado pelos indígenas de língua quéchua do altiplano do Equador, onde o *Servicio Ecuatoriano de Voluntarios-Chimborazo* (SEV/CH) fez progressos impressionantes desde a década de 70. O SEV/CH trabalha na Província de Chimborazo, com uma das maiores concentrações de nativos assolados pela pobreza da América do Sul. Vivendo em mais de 1 000 aldeias, a altitudes que às vezes ultrapassam 3 660 metros, os 25 000 habitantes indígenas de Chimborazo só recentemente saíram do sistema de fazenda que limitava seriamente suas possibilidades de auto-suficiência, avanço social e crescimento econômico. A natureza não tem sido mais generosa, açoitando a terra com secas, geadas, deslizamentos de terra e severa erosão do solo.

Há mais de duas décadas, uma série de organizações nacionais e internacionais abriram escritórios na província, oferecendo assistência e perspectiva de mudança. Tipicamente, os representantes dessas entidades públicas e privadas têm sido profissionais liberais com formação social e cultural muito distante da dos indígenas. A maioria nunca se afastou muito da Rodovia Pan-Americana. Ao entrar na aldeia, reúnem-se com um punhado de líderes, invariavelmente homens, explicando, em espanhol, como a sua entidade está preparada para mudar a

sorte da comunidade. A participação local limita-se a um breve período de perguntas e respostas que termina com um pedido aos líderes da comunidade para participarem de todas as futuras reuniões do novo projeto. Os técnicos sobem então no seu jipe, para a viagem de três horas de regresso a Quito. Infelizmente, apesar de muita boa vontade e investimento de fundos, a maior parte desses programas fracassa, deixando pouco ou nenhum vestígio atrás de si.

As iniciativas de maior êxito em Chimborazo vieram da própria província. No caso do SEV/CH, um grupo de indivíduos — muitos deles de aldeias indígenas — estava convencido de que podiam sair-se melhor do que as pessoas de fora para quem tinham outrora trabalhado. Com o apoio do *Servicio*, um grupo de jovens indígenas, homens e mulheres, formaram a *Feria Educativa* para promover a revitalização da cultura e os esforços de auto-ajuda entre as pessoas de língua quéchua atendidas pelo SEV/CH (Kleymeyer e Moreno, 1988).

A *Feria* decidiu desde o início aprender dos erros de programas dessincronizados com o ambiente local. Só entra numa aldeia a convite. Canta músicas em quéchua e faz o povo dançar. Uma vez quebrado o gelo, a *Feria* começa a incentivar os membros da comunidade a identificar as suas dificuldades e considerar possíveis soluções. Dois meios para conseguir isso são sociodramas e espetáculos de marionetes. Representam-se peças rápidas que descrevem um problema comum — por exemplo, analfabetismo, pobreza ou discriminação por parte de mestiços da zona urbana contra os indígenas de baixa renda da zona rural. Quando a representação chega ao auge, pára repentinamente e dá-se a palavra aos membros da platéia, a quem se convida a trazer experiências pessoais relacionadas com a busca de solução. Lentamente, este processo leva a um reconhecimento coletivo de como o problema representado tem raízes na realidade local. Às vezes isto resulta em propostas de ação imediata, mas, com frequência, a *Feria* simplesmente prepara o cenário para um processo mais longo de reflexão que um dia culminará num projeto de desenvolvimento comunitário.

Os resultados são impressionantes. Desde 1979, a *Feria* visitou mais de 750 aldeias. Esses contatos ajudaram a preparar o caminho para um programa de alfabetização que criou mais de 1 050 centros de treinamento, cobrindo a província e tornando-se o esforço de maior êxito desse tipo no Equador. O trabalho promocional da *Feria* também tem sido a chave para um programa que estabeleceu

mais de 30 padarias comunitárias e 45 oficinas artesanais, bem como ajudou os moradores a construir 145 centros comunitários e reflorestar encostas desmatadas com mais de 200 000 árvores. Muitas dessas comunidades se uniram para formar federações que patrocinam seus próprios esforços de revitalização e os integram com treinamento, produção, saúde e outras atividades. A *Feria* ajudou a treinar outros grupos semelhantes, havendo em 1988 mais de 100 grupos coligindo ou cantando músicas tradicionais em todo Chimborazo.

Grupos como a *Feria* utilizam a expressão cultural não somente para atrair a atenção, mas para proporcionar às pessoas um espelho no qual possam examinar a sua cultura de dentro. Trata-se de aptidão crucial para sobreviver no mundo moderno. Numa série de preleções pronunciadas na *Harvard University* sobre poesia e modernismo (1974) Octavio Paz, mexicano e vencedor do Prêmio Nobel, afirmou que a qualidade essencial do modernismo é a mudança e seu dinamismo é a desconstrução crítica do passado imediato que requer a reinvenção da identidade. Esta “crise de identidade” é crônica e aflige tanto os países como os indivíduos. A capacidade já assinalada dos Kunas do Panamá de buscar na cultura ocidental o que lhes parece útil é parte desta equação. Mas o outro lado, com o qual os Kunas ainda estão lutando, é a capacidade de buscar sabiamente no próprio passado. Ou seja, o único antídoto à autodúvida corrosiva que acompanha a modernização é a autocrítica construtiva.

## CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL E AVALIAÇÃO PARTICIPATÓRIA

Um exemplo deste processo vem da Colômbia, onde o serviço de saúde regional, há alguns anos, pediu a um grupo de antropólogos para ajudar a salvar um programa médico entre os índios Sikuanis à beira do colapso (Herrera e Lobo-Guerrero, 1988). Os paramédicos indígenas, treinados pelo serviço de saúde, pareciam impotentes para sustentar o surto de doenças intestinais, respiratórias e epidérmicas em suas comunidades. As taxas de deserção entre os paramédicos elevavam-se a 60% e os funcionários do serviço de saúde pública perguntavam-se se os outros ficavam unicamente pelo modesto salário pago pelo governo.

As soluções não eram imediatamente evidentes. Proporcionar treinamento mais avançado em diagnóstico e fornecer remédios simplesmente intensificaria os recursos

do tipo ocidental, já subutilizados pelos paramédicos. Parte do problema era a inadequação do treinamento que se baseara nas necessidades e experiências de colombianos do antiplano em vez das comunidades tribais da planície. Mas a equipe do projeto também começou a questionar o enfoque tecnicamente estreito do programa, perguntando se o problema real não era a incapacidade de tratar as doenças tropicais mas o fracasso da promoção da saúde.

Investigando mais além dos sintomas médicos em busca de raízes socioculturais mais profundas, a equipe do projeto propôs um programa de pesquisa participatória no qual os paramédicos examinariam a história e o mito dos Sikuanis em conjunto com a respectiva comunidade. Lentamente se formava um quadro de como a transição de um estilo de vida de caçador-colhedor para um estilo de vida agrícola sedentário tinha poluído as vias fluviais e resultado em dietas de proteína mais baixa e desnutrição generalizada. À medida que se aprofundava a pesquisa, surgia um sistema de classificação das práticas médicas tradicionais que eram incorporadas no programa de saúde, não apenas recuperando o conhecimento sobre fontes alternativas de alimentos e plantas medicinais mas também proporcionando indícios sobre o modo como as comunidades poderiam dominar as tecnologias ocidentais, tornando-as suas.

Ao permitir-lhes que examinassem sua cultura de dentro, a pesquisa participatória pôs em mãos dos Sikuanis um instrumento poderoso para solucionar problemas que liberou a criatividade latente em sua própria cultura e proporcionou os meios para reconciliar a tradição com a mudança. Os Sikuanis institucionalizaram esse processo ensinando uma segunda geração de paramédicos a orientar a respectiva comunidade a enfrentar uma ampla série de problemas médicos e econômicos. Isto acompanhou paralelamente o surgimento de uma organização para defender os interesses de todas as comunidades Sikuanis face ao mundo externo.

Um processo semelhante realiza-se há mais de uma década na região amazônica do Equador, país vizinho, onde os índios Shuar e Achuar se empenham num programa de recuperação cultural que tem fortalecido a federação que formaram em 1964 para defender suas tradições, sobrevivência e a própria floresta tropical. A *Federación de Centros Shuar-Achuar*, por sua vez, ajudou a fundar uma confederação de âmbito amazônico de índios equatorianos e preencheu os seus cargos mais altos.

Os índios de língua quíchua da planície, incentivados pelo grupo de artistas *Los Yumbos Chahuamangos*, também desempenharam papel chave neste esforço. Organizaram a confederação e patrocinaram festivais culturais que reuniram grupos tribais díspares num único lugar pela primeira vez. Estes indígenas também inspiraram um projeto subsequente de confederação para criar um programa de educação bilíngüe e multicultural para a região amazônica do Equador.

Algo ressalta imediatamente na forma como estes exemplos de militância cultural se desenrolaram: não são tentativas para restaurar um ideal passado, talvez imaginário. Nem são tentativas para venerar o "primitivo", conceito que pode refletir a nostalgia do Ocidente por reviver o seu próprio passado por meio de representantes no mundo em desenvolvimento. São antes tentativas de explicitar o que está implícito em todo projeto de base, o vínculo entre cultura e desenvolvimento a que Juan García aludiu no início deste artigo.

## APRENDENDO A APROVEITAR A ENERGIA CULTURAL

A expressão cultural cresce das raízes vivas da cultura tradicional. Devidamente focalizada, tal expressão atualiza a tradição em formas que dinamizam as pessoas a se renovarem a si mesmas e a sociedade própria. Esta energia cultural tem a capacidade de mobilizar indivíduos, grupos e comunidades num elevado sentido de propósito. Leva-os a se darem as mãos e se unirem num esforço comum. Incentiva-os a participar de reuniões noite após noite. Leva-os a trabalhar longas horas num projeto comunitário como voluntários não-assalariados. Estimula a imaginação e o desejo de transformar a vida, bem como reforça sua confiança e coragem para enfrentar os desafios à frente.

A energia cultural ajuda as pessoas a se internalizarem para encontrar um reservatório previamente oculto de força e decisão. A expressão cultural assume muitas formas: um coral evangélico que explode numa canção; as flautas-de-pã de um conjunto andino que se mistura com o vento num alto vale; o ator triunfando sobre a adversidade, por meio da representação; os produtos que as pessoas fabricam e usam na vida diária; e as histórias que contam para encontrar seu lugar e abrir caminho no mundo. Os militantes culturais compreendem o vínculo entre expressão cultural e energia e procuram conscientemente utilizá-la para despertar iniciativas de base.

Este vínculo tem sido a força impulsionadora dos 215 projetos de base apoiados pela Fundação Interamericana nas duas últimas décadas, nos quais a expressão cultural tem sido elemento chave, mesmo no caso daqueles que começam como esforços de arquivamento. Embora o impacto total do trabalho de Juan García de compilação do folclore oral dos afro-equatorianos aguarde a resposta das gerações futuras, a presença de García tem sido crucial para a consolidação de várias cooperativas de pescadores artesanais em Esmeraldas, sua província natal, culminando com o nascimento da primeira federação de organizações de filiados da região. Numa área remota da Costa Rica, o esforço dos estudantes da escola de agronomia para coligir e publicar histórias orais da região (Palmer, 1982-83) antecedeu os esforços de um grupo local para estabelecer uma organização para iniciar viveiros experimentais de árvores a fim de diversificar os alimentos e a produção de cultivos comerciais entre as diversas comunidades de afrocaribenhos, índios BriBri e mestiços. No altiplano da Bolívia, um grupo de músicos aimarás ajudou a revitalizar a música andina tradicional em Sucre, antiga capital colonial, e começou a ajudar um grupo de índios Tarabucos a enfrentar os problemas da pobreza e desenvolvimento na zona rural (Breslin, 1986).

Quando a expressão cultural se vincula à vida real por meio da ação, amplia a conscientização das pessoas a respeito de sua capacidade latente como indivíduos e como grupo. Em vez de se esgotar, o manancial de energia cultural tende a aumentar com o uso. Embora a maior parte dos projetos de ação cultural exista em isolamento geográfico e etnográfico com relação uns aos outros, alguns oferecem indícios como esta energia que surge da base pode ter impacto nacional.

Ironicamente, a indicação mais evidente do modo como o salvamento de uma cultura pode ter um tal impacto provém de uma instituição — o sistema escolar rural — que os militantes culturais têm freqüentemente considerado ceticamente como instrumento da homogeneização sociocultural (Goff, 1990). A diferença é que muitos dos materiais didáticos utilizados no programa Escola Nova, servindo atualmente cerca de quase a metade das 26 000 escolas rurais da Colômbia, têm suas raízes na “pesquisa de participação” e destinam-se a inspirar os alunos a aplicar as mesmas técnicas à própria vida e à comunidade.

O currículo da Escola Nova baseia-se na cultura popular e tem por objetivo construir a auto-estima por

meio da participação. Incentiva-se os alunos a investigar o mundo a seu redor, aprendendo como as artes tradicionais se fundamentam em empresas familiares às quais os jovens se podem juntar ou ajudar a começar. A comunidade torna-se um laboratório para descobrir e multiplicar localmente os recursos disponíveis ao desenvolvimento. Os materiais educacionais, para vários meios de comunicação de massas, estão sendo preparados em pacotes padronizados para distribuição nacional, oferecendo à geração seguinte de cidadãos uma visão do modo como podem criar, em conjunto, um modelo colombiano de desenvolvimento.

O programa atraiu interesse e apoio generalizados de financiadores internacionais, inclusive da UNESCO, Banco Mundial, Fundação Interamericana e de outros. Tem sido estudado por autoridades de 46 outros países como modelo promissor de duplicação. Tal interesse num projeto de desenvolvimento baseado na cultura é muito fora do comum e sugere duas coisas: compreensão cada vez maior da necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento e falta generalizada de conhecimento a respeito de que combinação de técnicas poderia ser modelo viável.

O fato de que as grandes instituições de desenvolvimento sabem tão pouco sobre o processo é, em si mesmo, algo revelador. O elemento cultural do programa Escola Nova levou quase duas décadas para evoluir e aconteceu com apoio externo mínimo. Como muitos outros projetos culturais financiados pela Fundação, começou com vozes locais respondendo às necessidades locais. O fato de que tantos grupos díspares de todos os cantos do hemisfério sentiram tal urgência e adotaram esta estratégia, apesar da falta geral de apoio externo, sugere a existência de uma fonte comum de energia que impulsiona o desenvolvimento de base. Há necessidade urgente de registrar essas experiências, encontrar um contexto analítico que enquadre os contornos da vivência, de forma que o conhecimento possa ser compartilhado, aprimorado e repassado, para não limitar as lições vitais àqueles que vivem no alcance da voz do projeto e não ser perdido quando este terminar.

## AS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO BASEADO NA CULTURA

A experiência da Fundação Interamericana com projetos de expressão cultural mostra que a assistência externa oportuna e apropriada é, com freqüência, vital para os grupos étnicos e comunitários diagnosticar seus problemas

e mobilizar os recursos locais para o desenvolvimento. Quando Ariel Dorfman (1984), escritor chileno, visitou vários desses projetos há quase uma década, perguntou-se se poderiam manter-se numa época de escassez financeira e se essas vozes individuais, por mais nobres que fossem, seriam ouvidas acima do alarido dos meios de comunicação de massa. Trata-se de questão crucial, porque a autoajuda no bairro ou na comunidade pode parecer fútil se as únicas imagens de pessoas bem-sucedidas forem de atores norte-americanos ou europeus de uma série de televisão em cadeia ou se a solução para os problemas aparecer só em termos de consumo das massas.

Apenas um punhado de projetos — como a *Radio San Gabriel*, da Bolívia, e a *Radio Latacunga*, do Equador — conseguiram acesso à radiotransmissão de programas educacionais não-formais, baseados na cultura, a comunidades muito dispersas. A sua experiência sugere que as mesmas tecnologias modernas, que ameaçam solapar as formas culturais tradicionais, podem ser canalizadas para preservá-las e renová-las.

Juan García, sem dúvida, está profundamente ciente de ambas as possibilidades. Segundo ele, o rádio e a televisão causaram mais prejuízo à cultura étnica em Esmeraldas, sua terra natal, nos últimos 30 anos do que a escravidão em 300. No entanto, ele está entre os que reconhecem que as novas tecnologias se podem tornar instrumentos de sobrevivência. Gravadores e máquinas fotográficas baratos e tecnologia de impressão prontamente disponível, como prelos, máquinas *offsets*, mimeógrafos e fotocopiadoras estão sendo utilizados, com grande habilidade, pelos militantes culturais em todo o hemisfério. O potencial dessa tecnologia de interação é grande e precisa desenvolver-se ainda mais.

Alguns críticos crêem que mesmo esses investimentos mínimos não se justificam numa época em que diminui o conjunto de recursos para o desenvolvimento com relação ao crescimento da procura em âmbito mundial, especialmente considerando que os projetos de ação cultural oferecem benefícios limitados em comparação com projetos que se concentram em necessidades humanas “básicas”, como alimento, alojamento, renda familiar e cuidados da saúde.

Os projetos de base que incorporaram ação cultural como estratégia inerente oferecem um contra-argumento. Em cada caso, as pessoas de baixa renda decidiram dedicar seu próprio tempo escasso, materiais, dinheiro e energia porque assumem uma visão mais ampla das necessidades

básicas e privações. Compreendem a irritação, o rebaixamento e a vergonha paralisante decorrente do estereótipo negativo. A reversão desse processo pode transformar a cultura de um grupo no alicerce sobre o qual podem ser construídas estruturas sólidas para atender às necessidades básicas e promover maior auto-suficiência.

Numa época em que os teóricos de todo tipo concordam em que são necessários níveis mais altos de participação para conseguir novos recursos para o desenvolvimento e maximizar sua eficiência, o vínculo entre energia cultural e resultados do projeto já não podem ser desconsiderados. O grau em que se integra a cultura num projeto pode oferecer aos financiadores um indício vital sobre o nível de participação real. A manifestação dos elementos da cultura popular proporcionam uma medida simples do grau em que se permitiu às pessoas participar do projeto.

Compreender a importância do vínculo por si só não constitui um plano de ação à prova de erro. Os projetos de ação cultural, a despeito de sua liderança freqüentemente carismática e articulada, confrontam muitos dos mesmos desafios que enfrentam outras iniciativas de base: superar conflitos internos para reforçar a base organizacional; desenvolver aptidões nos campos da gestão, contabilidade e comercialização; e superar o isolamento social ou geográfico. Alguns desses elementos podem ser resolvidos por meio do treinamento, assistência técnica, concatenação e experiência proveniente da autogestão e da avaliação participatória. Quando os problemas são discriminação étnica sistemática ou opressão por parte do governo, as soluções geralmente estão além dos meios dos grupos locais. Neste caso, os doadores internacionais podem ajudar a abrir espaço social importante para os grupos locais funcionarem e se unirem. Nesse processo, os doadores devem cuidar para não substituir uma dependência pela outra. O planejamento e controle de projetos deve ser confiado, em grande parte, às pessoas do local que conhecem a melhor forma de mobilizar e canalizar a energia cultural e que, com freqüência, passam toda uma vida aprimorando sua arte.

Os doadores estão também em boa posição para prestar assistência em certos tipos de investimento de segundo nível que pode gerar dividendos futuros. A Fundação Interamericana, por exemplo, tem concedido doações para concatenação que facilitam intercâmbios culturais e a transferência de aptidões entre os grupos. Uma delas permitiu aos Kunas viajar ao Sul para observar e colaborar no trabalho de um projeto com os índios de

língua quéchua da planície do Equador e a uma mescla de povos nativos equatorianos viajar ao Norte para visitar o Panamá. Seminários, redes de computação e viagens de desempenho são outros mecanismos viáveis que requerem recursos que nem sempre estão prontamente disponíveis a grupos culturais em dificuldades financeiras.

Os doadores também podem desempenhar papéis úteis no estabelecimento de centros de documentação para a angariação de fundos e na orientação da pesquisa para saber que técnicas de ação cultural melhor se adaptam para solucionar problemas específicos de desenvolvimento. Mediante a promoção e formulação de mecanismos que protegem os direitos de propriedade cultural de artes, desenhos artesanais, remédios e outros produtos, os governos e as entidades internacionais podem utilizar o mercado mundial para conseguir novos recursos de desenvolvimento para as populações marginalizadas.

A experiência da Fundação Interamericana em concessão de doações para projetos culturais confirma o

vínculo postulado por Mariano López e Juan García entre energia cultural e desenvolvimento no início deste artigo. Os doadores e governos teriam visão curta se ignorassem a busca de meios eficazes para aproveitar essa força no momento em que sua promessa se torna evidente. Num mundo de recursos cada vez mais escassos, é do interesse de todos não desperdiçar mais o talento criador e a energia cultural dos grupos de base que vivem, na própria pele, os problemas que nós e eles estamos procurando solucionar. Conforme afirmou García ao visitar um centro cultural nas montanhas Apalache do Tennessee, “nossa tradição oral tem uma expressão — *nós, o povo* — que vocês também têm aqui nos Estados Unidos. *We the people* é um conceito poderoso. Tem a capacidade de gerar entusiasmo e incentivar a ação comunitária. Houve uma época em que éramos donos do nosso mundo, em que *éramos* capazes. Ao aprendermos a trabalhar juntos, temos a capacidade de recuperar essa visão e cumprir nossa promessa como seres humanos.”

---

CHARLES D. KLEIMEYER, com doutorado em estudos de desenvolvimento da Universidade de Wisconsin, é representante de campo da Fundação Interamericana para a região andina desde 1979. Este artigo baseia-se no seu livro *Cultural Expression and Grassroots Development, uma antologia de ensaios de diversos autores que deverá ser publicada em espanhol e inglês em 1993. A compreensão de Kley Meyer do desenvolvimento com base na cultura é intensificada por duas décadas de participação como contador de histórias e organizador de festivais nos Estados Unidos.*

## REFERÊNCIAS

- Breslin, Patrick, 1982. *The Technology of Self-Respect: Cultural Projects Among Aymara and Quechua Indians*. Desenvolvimento de Base, Vol. 6:1.
- 1986. *A Sense of Identity*. Desenvolvimento de Base, Vol. 10:2.
- 1989. “Os Mapuches começam a fazer-se ouvir”. Desenvolvimento de Base, Vol. 13:2.
- Breslin, Patrick e Mac Chapin, 1984. *Conservation Kuna-Style*. Desenvolvimento de Base, Vol. 8:2.
- Chapin, Mac, no prelo. *Recapturing the Old Ways: Traditional Knowledge and Western Science Among the Kuna of Panama*. Em *Cultural Expression and Grassroots Development*, editorado por Charles D. Kley Meyer.
- Davis, Shelton H. 1985. *The Ayoróde-Zapocó Communal Sawmill: A Social Forestry Project in Eastern Bolivia*. Desenvolvimento de Base Vol. 9:2.
- Dorfman, Ariel. 1984. *Bread and Burnt Rice: Culture and Economic Survival in Latin America*. Desenvolvimento de Base Vol. 8:2.
- 1988. “A Caminho de outra selva: a viagem final dos Matacos?” Desenvolvimento de Base Vol. 12:2
- Forte, Gordon A. and Robert Maguire. 1988. “Qualificando o sucesso: o caso da *Moruca Transport Cooperative, Ltd.*” Desenvolvimento de Base Vol. 12:3.

Continua na p. 28

- García Salazar, Juan. 1984. *Black Poetry of Coastal Ecuador*. Desenvolvimento de Base Vol. 8:1.
- Goff, Brent. 1990. "Expansão das atividades artesanais na Colômbia". Desenvolvimento de Base Vol. 14:1.
- Healy, Kevin. 1991. "Animando o desenvolvimento de base: educação popular da mulher na Bolívia." Desenvolvimento de Base Vol. 15:1.
- Healy, Kevin e Elayne Zorn. 1982-83. *Lake Titicaca's Campesino-Controlled Tourism*. Desenvolvimento de Base Vol. 6:2-7:1.
- Herrera, Xochitl e Miguel Lobo-Guerrero. 1988. "Aprendendo do malogro: recuperação da criatividade Sikuani na Colômbia". Desenvolvimento de Base Vol. 12:3.
- Hirschman, Albert O. 1983. *The Principle of Conservation and Mutation of Social Energy*. Desenvolvimento de Base Vol. 7:2.
- Kleymeyer, Chuck e Carlos Moreno. 1988. "La Feria Educativa: manancial de idéias e orgulho cultural." Desenvolvimento de Base Vol. 12:2.
- Palmer, Paula R. 1982-83. *Self-History and Self-Identity in Talamanca, Costa Rica*. Desenvolvimento de Base Vol. 6:2-7:1.
- Paz, Octavio. 1974. *Children of the Mire*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Perera, Victor. 1989. "A longa viagem a um novo torrão: Pablo Fernández e a descoberta de *La Rochela*". Desenvolvimento de Base Vol. 13:2.
- Sistren Theatre Collective. 1983. *Women's Theater in Jamaica*. Desenvolvimento de Base Vol. 7:2.
- Smith, Robert J., Maria Rehnfeldt e William M. Barbieri. 1982. *Indian Colonization in Paraguay: What Is Success?* Desenvolvimento de Base Vol. 6:1.
- Wali, Alaka. 1990. "Em comunhão com a terra: etnicidade e desenvolvimento no Chile". Desenvolvimento de Base Vol. 14:2.

*Interagindo com cidadãos dos Estados Unidos  
num “museu sem paredes”, indígenas da América do Sul  
abriram um novo mundo de possibilidades  
para si mesmos e para outros*

## HARMONIA COM A TERRA

### Uma celebração da cultura andina

Marion Ritchey Vance e Ron Weber

DURANTE 10 dias em julho de 1991, um pequeno canto do *National Mall*, em Washington, D. C. foi transformado pela visão e pelos sons dos Andes. Milhares de visitantes do 25º Festival do Folclore Americano foram atraídos para o pequeno bosque de olmeiros do lado oposto ao Museu Nacional de História Natural pela música exótica de *queñas*, *sicuris*, *zampoñas* e tambores, bem como pela cor e pompa da dança cerimonial. Os músicos e dançarinos animados que davam o espetáculo não eram profissionais. Eram agricultores, tecelões e caçadores de comunidades indígenas dos altiplanos do Peru e da Bolívia e das densas florestas do Sudeste do Equador. Convidados pela *Smithsonian Institution* para participar da parte do festival dedicada aos americanos nativos, deram vida à arte e tecnologia de sua civilização milenar num cenário de aldeia a curta distância do Capitólio e do Monumento a Washington.

Criaram o que o crítico Stephen Greenblatt, da Universidade da Califórnia em Berkeley, chamou de “encontro com o maravilhoso”, um local de reunião entre as pessoas de culturas muito diferentes que abre um novo mundo de experiências rico em visões inesperadas. Como expressou eloqüentemente James Early, Secretário Adjunto de Serviços Públicos da Smithsonian, na cerimônia de abertura do festival, a presença desses grupos indígenas tem significado muito além de mostrar a diversidade das tradições nativas. Numa época de ameaça global ao meio

ambiente, ressaltam o vínculo entre herança cultural e modos sustentáveis de desenvolvimento.

A onda de visitantes do foro americano nativo nos dias seguintes teve a oportunidade de aprender de primeira mão, interagindo com os participantes andinos. Cartazes proporcionavam mapas, apanhados históricos e outras informações para apresentar cada aspecto da cultura. Realizou-se diariamente um conjunto de seminários, espetáculos, representações de cerimoniais e demonstrações de artesanato, às vezes focalizando um determinado grupo, outras vezes temas transculturais. Os visitantes conversavam, por meio de intérpretes do Festival, com músicos, dançarinos e artesãos, aprendendo que eventos como uma cerimônia de casamento ou a bênção de um novo campo não são meros espetáculos mas parte inseparáveis do modo de vida cujo valor mais alto é a harmonia com a terra.

Ao escolher “Conhecimento e poder — a terra nas culturas americanas nativas” como tema desta parte do Festival de 1991, a Smithsonian conscienciosamente antecipou, por um ano, a comemoração do quinto centenário da chegada de Colombo ao Novo Mundo. Criou-se um espaço neutro no qual os visitantes podiam redescobrir as Américas da perspectiva dos habitantes originais do hemisfério. Embora as funções de intendência dos indígenas se tenha reduzido constantemente a pouco mais do que terras marginais desde a conquista, os princípios e práticas ecológicos permanecem engastados nas culturas que so-

breviveram. Os participantes andinos vieram de comunidades com laços contínuos com as regiões em que habitam e com raízes tradicionais reconhecidamente intactas. O folclore que representaram no *Mall* refletiu tanto a fusão com a cultura espanhola como uma tenaz resistência à mesma.

O MELHOR exemplo de relação duradoura com a terra talvez tenha sido apresentado pelos Shuar e Achuar da bacia amazônica do Equador, que têm resistido com êxito a incursões de estranhos desde a ascensão do Império Inca. Tendas do Festival informavam os visitantes como estes povos continuam a viver dos frutos da floresta tropical sem perturbar seu delicado equilíbrio ecológico. Miguel Puwainchir, Presidente da *Federación de Centros Shuar-Achuar*, explicou esse sucesso não destacando práticas específicas de produção mas indicando uma crença básica instilada em todas elas. “Nós não nos consideramos donos da terra”, explicou. “A terra é nossa mãe, que nos dá de comer e deve ser respeitada, não tratada como uma mercadoria qualquer a ser usada ou vendida.” Na opinião de Puwainchir, o melhor meio de proteger a floresta tropical — “os pulmões do mundo” — é reforçar a capacidade do povo que nela vive e a conhece melhor.

Hoje em dia, a proteção desse recurso exige novas aptidões, inclusive a capacidade de dominar certos instrumentos da sociedade ocidental moderna, a fim de negociar com ela em pé de igualdade. A Federação, fundada em 1964 e agora representando cerca de 330 comunidades Shuar e Achuar com aproximadamente 500 000 pessoas, tem liderado o caminho. Com o apoio da Fundação Interamericana e de vários outros doadores e entidades voluntárias, fez um levantamento de grande parte do território habitado pelo seu povo, obteve título da terra, formulou programas de geração de renda para complementar a produção de subsistência e colocou professores indígenas e locutores — fluentes em shuar e espanhol — nas escolas e na estação da rádio educacional. A preservação cultural e a coesão organizacional têm caminhado lado a lado, permitindo à Federação começar a negociar com acordos de uso da terra não prejudiciais ao meio ambiente com o Governo equatoriano, que retém o usufruto do petróleo, madeira e minerais da região.

UM SEGUNDO GRUPO do Festival, composto de camponeses de língua aimará do lado boliviano do Lago

Titicaca, cujos antepassados remontam ao antigo estado de Tiwanaku, está empenhado na recuperação cultural que promete restaurar terras cultiváveis marginais. É um dos mistérios ainda existentes no hemisfério como este planalto árido, a 3 960 metros acima do nível do mar, pôde manter uma capital pré-colombiana de 100 000 habitantes, número muito maior que o atual capaz de arrancar uma subsistência mínima nas aldeias de hoje.

Há seis anos, um grupo de agricultores camponeses de espírito empresarial lançou uma experiência corajosa que pode oferecer uma resposta. Arriscando o desprezo dos vizinhos, uniram-se a uma equipe de antropólogos e arqueólogos, chefiados por Oswaldo Rivera, do Instituto de Arqueologia da Bolívia, e pelo Dr. Alan Kolata, da Universidade de Chicago, para ressuscitar parte do sistema agrícola de Tiwanaku, conhecido como *suka kollus* ou canteiros elevados. O sistema social que apoiava os *suka kollus* já não existe mais, de forma que os pequenos proprietários utilizavam os laços de família e acordos em espécie improvisados para compartilhar as primeiras colheitas com os que tinham concordado em trabalhar em conjunto para recuperar os remanescentes de um complexo, outrora imenso, de áreas de cultivo longas e estreitas, entrelaçadas por canais.

Os canteiros originais pré-incaicos eram desenhos inteligentes, com uma base de paralelepípedo coberta por uma camada de barro para impedir o escoamento da água subterrânea salobra, seguida de uma camada de areia grossa para drenagem e coberta com solo enriquecido para cultivo. A água dos rios e riachos das colinas era levada por uma rede de canais para captar o aquecimento solar, moderando as temperaturas extremas do altiplano e minimizando o prejuízo causado por geadas destruidoras quando o mercúrio caía abaixo de zero na época do crescimento. Embora aderindo a esses princípios básicos, os camponeses que restauram o sistema também o estão adaptando para aproveitar os materiais disponíveis no local.

Com a ajuda do Departamento de Agricultura dos EUA, recriou-se no *Mall* um pequeno canteiro-modelo. Os arqueólogos Kolata e Rivera aí estavam para explicar o funcionamento do sistema e armou-se uma banca com amostras das supersafras cultivadas novamente na Bolívia. A produção inicial dos canteiros elevados era de 42,5 toneladas por hectare, em comparação com 2,5 toneladas por hectare obtidas pelos mesmos camponeses na terra adjacente. E as batatas, conforme indicou com orgulho um

deles, tinham duas vezes o tamanho das expostas na banca da agricultura familiar dos EUA no lado oposto do Festival.

É provável que, com o tempo, ocorra certa redução da produtividade inicial, uma vez que grande parte da terra que está sendo transformada em *suka kollus* permaneceu ociosa durante anos e é um depósito de nutrientes acumulados. Os pequenos agricultores podem compensar essa redução até certo ponto, utilizando os sedimentos enriquecidos coletados nos canais para reabastecer os solos sem usar fertilizantes agroquímicos caros.

Enquanto os agricultores aguardam a estabilização das safras, o sistema já demonstrou sua eficiência proporcionando segurança para as famílias que moram na margem. Quando recentemente caiu uma das geadas fortes que ocorrem em algumas estações, os locais restaurados eram oásis verdes no meio dos cultivos amarelo-escuros e murchos dos campos vizinhos.

No entanto, a promessa a longo prazo do *suka kollus* para a região não está simplesmente no mérito técnico, mas na adaptação às culturas locais. As tecnologias aperfeiçoadas nos postos de pesquisas por agrônomos podem prometer altas safras mas nunca ser implementadas no campo por se basearem em insumos de capital intensivo, não se adaptarem bem às microecologias ou minarem a força da vida comunitária. O *suka kollus* não pode ser duplicado em qualquer lugar, porque foi criado para ambientes específicos. Entretanto, pode reviver em muitas das áreas onde outrora existira. A construção inicial de canteiros requer um investimento extraordinário de mão-de-obra e isso proporciona um incentivo para revitalizar as tradições andinas com vistas a mobilizar o esforço cooperativo.

De fato, como indica Oswaldo Rivera, uma razão por que as primeiras comunidades apoiaram o projeto *suka kollus* foi o orgulho que tinham em reviver a agricultura de seus *awichus nayrapacha* ou ancestrais pré-colombianos. Este sentido de identidade reafirmada e relação com a terra foi mostrado por Roberto Cruz Yapanquim, de Chukara, cujos campos estavam entre os primeiros a serem usados como modelo há cinco anos. Quando ele e outros da região de Tiwanaku demonstraram no *Mall* a agricultura de canteiros elevados, começaram com o *ch'alla* ou tributo à Mãe Terra, oferecido quando se prepara o solo para a plantação. Outras afirmações de parentesco com a terra acompanharam diversas fases do ciclo de crescimento, culminando com a festa e dança da colheita na aldeia. Como as cerimônias caminham lado a lado com as crenças

e costumes em outras comunidades andinas, também se juntaram os participantes Jalq'a, de Chuquisaca, e *Taquileños*, do Peru, apesar das diferenças de idioma, etnicidade e nacionalidade.

**NOS LOCAIS** a eles designados no Festival, os participantes de Chuquisaca, provenientes do Sul da Bolívia e da ilha de Taquile, no Peru, demonstraram como suas comunidades continuam a aprimorar os têxteis, um dos meios mais veneráveis de transmissão de cultura no hemisfério. Os têxteis fabricados de fibras naturais eram a forma artística, a moeda, o símbolo do *status* e, freqüentemente, um registro fotográfico da história e mitologia do Império dos Incas e de seus predecessores. Os *Taquileños* descendentes dos Incas, de idioma quéchua, são hábeis tecelões e tricoteiros. São um dos poucos grupos restantes ao redor do Lago Titicaca, cujos mulheres e homens ainda trajam vestes tradicionais de fio cru tecido no tear da família.

Na maior parte de sua história, esta pequena e escarpada ilha a 3 960 metros acima do nível do mar tem proporcionado a seus habitantes uma sobrevivência marginal de cultivos plantados em encostas pedregulhas e peixe das redes lançadas de barcos de junco que percorrem as águas profundas do lago. Havia uma certa renda monetária proveniente de vendas ocasionais de têxteis na cidade de Puno, a oito ou doze horas de distância de barco na margem ocidental do Lago Titicaca. Entretanto, a fonte principal era o trabalho sazonal. À medida que um número maior de homens migrava para as minas de cobre e para as cidades em busca de emprego, Taquile ficou exposta às mesmas pressões econômicas e culturais que têm assolado tantas comunidades rurais dos Andes.

Dois estratégias inter-relacionadas impediram que isso acontecesse. Um empreendimento patrocinado pelo Corpo de Paz em Cuzco no fim de década de 60 abriu um mercado para os têxteis dos *Taquileños*, que em breve se tornaram cientes que os seus estavam entre os melhores do Peru. Nos meados da década de 70, os ilhéus aproveitaram uma crítica favorável de um guia turístico sul-americano, divulgando o charme incólume de Taquile, para começar o próprio comércio turístico. Com a ajuda de uma doação da Fundação Interamericana, as famílias da ilha uniram-se para comissionar embarcações adequadas dos barqueiros locais e equipá-las com motores e peças sobressalentes. Em breve os barcos estavam transportando um fluxo

constante de visitantes dispostos a arriscar um pouco de dureza em troca de uma vista espetacular do lago e de provar a vida indígena. As famílias aumentaram a renda alojando turistas em suas casas espartanas; formaram-se cooperativas de pescadores para atender à nova procura de vários pequenos restaurantes; e os artesãos abriram uma loja para vender artesanato, captando para reinvestimento local os lucros que outrora iam para os intermediários.

O mini-surto do turismo ajudou a reverter a onda de emigração, embora o influxo de visitantes ao Peru, como tal, estivesse quase extinto pelo temor do cólera e dos guerrilheiros *Sendero Luminoso*. O êxito da comercialização dos têxteis talvez também tenha vida curta se as mudanças que iniciou minarem a "autenticidade" da vida comunitária que tornou a ilha tão atraente a uma nova geração de ecoturistas. Com a ajuda de Elayne Zorn, antropóloga e bolsista da Fundação Interamericana, a comunidade fundou um museu para preservar muitos de seus têxteis mais antigos e inestimáveis que podem servir de fonte de orgulho e inspiração a uma nova geração de tecelãs.

Os *Taquileños* do Festival de Folclore da Smithsonian eram prova viva do fruto desse esforço. Mostraram a ampla variedade de produtos normalmente oferecidos à venda. Zorn fazia comentários e atuava como intérprete, enquanto as tecelãs montavam teares para fabricar *chumpis* (cinturões), *ch'uspas* (bolsas) e *unkhunas* (porta-roupa). Os homens tricotavam *ch'ullus*, chapéus elegantes como os deles, e usavam um tear de pedal para fazer tecido de lã de alpaca e ovelha para camisas, coletes, saias e calças.

O ÚLTIMO grupo andino representado no Festival foram as tecelãs de Jalq'a, provenientes da região montanhosa de Chuquisaca na região Centro-Sul da Bolívia. A qualidade da tecelagem é conhecida na Bolívia, mas os peritos crêem que era uma forma de arte em extinção. Organizou-se no Festival uma exposição especial de tecidos no átrio do novo Centro S. Dillon Ripley. Fotografias do melhor trabalho tradicional, agora mantido em coleções privadas, eram mostradas ao lado de trabalhos contemporâneos. O que surpreendia era a vitalidade das novas peças.

Deve-se essa renovação ao trabalho de uma equipe formada por um casal chileno. Os antropólogos Gabriel Martínez e Verónica Cereceda, da *Antropólogos del Sur Andino* (ASUR), organização de apoio de base no Sul dos

Andes, estavam cientes de que Chuquisaca se tornara famosa pelo fracasso de programas convencionais de desenvolvimento econômico, tal como outrora fora famosa pela tecelagem. Decidiram que o problema eram as pessoas de fora que punham o carro na frente dos bois. Em vez de formular uma estratégia pormenorizada e com eficiência de custo a ser seguida pelas pessoas para aumentar a renda, a ASUR adotou uma abordagem a longo prazo a fim de conquistar a confiança e colaboração do povo, baseando-se no ponto forte óbvio da área: sua rica herança cultural, negligenciada e em perigo de ser perdida.

Hoje em dia, cinco anos mais tarde, há orgulho renovado e dinamismo nas aldeias de Potolo e Purunquila. A área é novamente reconhecida pela qualidade e caráter místico de suas tecelagens, que descrevem um mundo de leões, condores, raposas e outros animais estilizados. O programa da ASUR desempenhou papel chave na documentação desses desenhos e técnicas tradicionais. No processo, cerca de 380 mulheres Jalq'a uniram as forças por meio da ASUR para transformar a renascença das formas tradicionais da arte numa fonte de renda familiar. Organizaram pequenos seminários para tecer e tingir a lã, reduzir os custos e assegurar um suprimento constante de fios de alta qualidade.

Embora os tecelões Jalq'a, presentes no Festival, fossem todos artesãos mestres e bem versados no desenho tradicional, também demonstraram o sentido empresarial penetrante de seus colegas de Taquile. Ao visitarem o Museu Nacional de História Natural na companhia de Gabriel Martínez, acabavam voltando sempre para a mesma exposição. "Os Jalq'a ficaram impressionadíssimos com a exposição do dinossauro", observou Martínez, pelo mistério e poder que exerce sobre os visitantes de todas as nacionalidades. Decidiram incluir desenhos de dinossauro na linha seguinte de têxteis comerciáveis, que também comemorariam seu encontro com o novo mundo estranho de Washington, D. C.

**ESTE INTERCÂMBIO** espontâneo de experiências entre mundos diferentes está no âmago do Festival de Folclore. Repetiu-se em centenas de planos diferentes, ampliando a imaginação a respeito do que parece possível e aprofundando a apreciação do lugar comum na terra natal. Implica o fascínio de ver uma escada rolante pela primeira vez, o choque dos bolivianos do vasto altiplano com o conceito de espaço que situa edifícios e trens

embaixo da terra e requer pagamento para estacionar um automóvel. Pôs cidadãos da sociedade consumidora por excelência em contato direto com os *Taquileños* que fabricam praticamente tudo o que vestem e plantam ou caçam a maior parte do que comem. Apresentou um mundo utilitário às pessoas cujos trajes diários são peças de museu e que têm as vestes cerimoniais em tal reverência que nenhuma peça foi tirada para aliviar o calor sufocante do verão.

Talvez os encontros mais interessantes tenham sido entre os próprios participantes, emissários de diferentes culturas ansiosos por aprender uns dos outros. Alejandro Huatta Machaca, de Taquile, é um tecelão que também ajuda a construir barcos. Ficou fascinado ao visitar o conjunto vizinho em que armadores indonésios trabalhavam na construção de uma embarcação elegante e sólida, utilizando cavilhas de madeira em vez de pregos de metal. Voltou todas as tardes. Em breve os indonésios e *Taquileños* estavam desenhando juntos diagramas para intercambiar idéias sobre construção de embarcações. Usando os serviços do pessoal do Festival para comunicar-se de quéchua a malásio via espanhol e inglês, desenvolveram um sentido crescente do modo como a pesca e a dependência da água tinham moldado de forma semelhante culturas distantes. Os indonésios, por sua vez, pareciam impressionados pela organização comunitária dos peruanos e expressaram interesse em visitar um dia o Lago Titicaca para aprofundar o intercâmbio.

O alcance desses encontros estendeu-se muito mais além do local do Festival. A *National Geographic Society* tinha representantes no Mall fazendo preparativos para um programa sobre o projeto *suka kollus* ser transmitido na televisão americana por cabo no segundo trimestre de 1992. O programa de rádio *All Things Considered*, da *National Public Radio* (NPR) dos EUA fez uma reportagem sobre o mesmo assunto. Outros técnicos da NPR gravaram espetáculos dos *Taquileños* para transmissão posterior. Os Shuar gravaram em vídeo os dançarinos Jalq'a para mostrar às suas comunidades no Equador.

Ao regressarem a seu país, os *Taquileños* levaram consigo painéis solares de um fornecedor americano, na esperança de proporcionar uma fonte nova e confiável de água quente e luz elétrica para si mesmos e para os turistas que visitam sua ilha. Os ilhéus planejam visitar os Jalq'a para aprofundar o conhecimento das operações de fiação e tingimento e da pequena usina hidrelétrica que as aciona. A experiência de Tiwanaku levou os *Taquileños* a

perguntar se o renascimento dos terraços pré-colombianos na sua ilha aumentaria a produção dos cultivos nas encostas das morros. Fizeram planos provisórios para visitar seus vizinhos do outro lado do lago, a fim de organizar um projeto de acompanhamento. Naturalmente, o povo de Taquile tinha também suas lições a oferecer. Como resultado dos contatos feitos no Festival, foram convidados a enviar uma delegação à Cidade do México em maio de 1992 ao encontro, de âmbito hemisférico, das organizações de americanos nativos.

Nem todos estes planos se concretizarão. Mas já existe aqui uma prova cabal do impacto que a experiência do Festival teve sobre os participantes. Não é comum que as indígenas andinas viajem ao mundo exterior, muito menos que apresentem um relatório formal sobre a experiência. Ao regressar a Chuquisaca, Juliana Rodríguez levantou-se e dirigiu-se diretamente a todos os seus vizinhos numa reunião da comunidade. Ao descrever o que viu, ouviu e aprendeu, ela também estava dizendo que as mulheres têm informações valiosas a oferecer sobre diversos temas importantes se as pessoas estiverem prontas a ouvir. Bonifácia Quispe Fernández, participante de Tiwanaku, voltou à sua comunidade de Lahaya Alta radiante com uma nova autoconfiança que a transformou em líder de esforços para ampliar o *suka kollus* e um papel local para outras mulheres no desenvolvimento. Honorato Mamani, de Chuquisaca, comentou simplesmente: "quando eu morrer, quero que no meu túmulo se escreva que fiz parte do Festival de Folclore Americano de 1991 em Washington, D. C."

A auto-estima proveniente da validação, por parte do mundo externo, às vezes vem a ser fonte inestimável de inspiração para toda a comunidade. Conforme diz a antropóloga Elayne Zorn, só depois que um grupo de *Taquileños* foi convidado a ir à Europa por uma organização cultural da Europa Ocidental e visitou exposições sul-americanas em museus etnográficos se afirmou a idéia dos ilhéus de começar o seu próprio museu. Fala-se agora que uma exposição de tecelagens Jalq'a, com base nas obras apresentadas no Centro Ripley da Smithsonian, será organizada para excursionar pelos Estados Unidos. Tal excursão divulgaria a fama dos Jalq'a e promete aumentar o seu acesso a mercados internacionais.

Por sua vez, os visitantes americanos tiveram a oportunidade de aprender de pessoas cujo valor mais elevado não pode ser encontrado num extrato trimestral. Os participantes andinos mostraram, de fato, uma visão perspicaz para os negócios na fabricação e comercialização de

seus artefatos, mas a sua empresa se fundamentava num sentido mais profundo de propósito. A sobrevivência de suas sociedades em 500 anos de dureza e a sua vitalidade recém-renovada sugerem que o desenvolvimento gira tanto em torno da cultura como da economia. Para eles,

o progresso sustentável é inseparável de um controle duradouro das terras ancestrais, continuidade do idioma e costume e vínculos espirituais forjados por meio de valores compartilhados. O 1,5 milhão de visitantes que pararam para ler, ouvir e questionar saíram com algo para refletir.

---

MARION RITCHEY VANCE, do Escritório de Aprendizagem e Divulgação da Fundação Interamericana, foi durante muitos anos Diretora da Região Andina. RON WEBER é editor interino de Desenvolvimento de Base.

## Uma agenda de pesquisa de *marketing* para o desenvolvimento da microempresa

Harry G. Miller e Ivo Saric

O potencial de desenvolvimento da microempresa só se concretizará quando a atenção e a pesquisa se orientarem para torná-lo instrumento mais eficaz do desenvolvimento local e regional. Entre as diversas limitações que enfrenta o crescimento da microempresa, o *marketing* ocupa lugar de destaque. No entanto, continuamos sem saber como o *marketing* funciona e deixa de funcionar ao micronível da economia. Os programas de desenvolvimento da microempresa tendem a ressaltar o melhoramento da produção por meio do acesso ao crédito e à matéria-prima em vez da identificação, expansão e atendimento da demanda do consumidor. Reduzir o custo da produção e aumentar a mesma não gerará necessariamente maiores lucros se os bens não chegarem às pessoas que os desejam e deles necessitam.

Para a maior parte das microempresas rurais, o acesso deficiente ao mercado é típico, limitando seu crescimento e ameaçando sua sobrevivência. Uma análise exata do grau em que as microempresas atuam em determinados mercados é imperativa para formular uma estratégia de implementação de melhoramentos. Necessita-se de uma agenda de pesquisa para orientar e determinar as prioridades de estudos específicos. Uma agenda bem-sucedida deve ajudar a afirmar os níveis ótimos de tal apoio, a fim de tornar os produtos das microempresas mais competitivos e permitir que captem uma parcela maior dos mercados regionais.

Para orientar essa pesquisa, propomos um conjunto de quatro perguntas que devem ser urgentemente respondidas:

1. Que canais de comercialização são atualmente utilizados pelas microempresas da zona rural?

2. Até que ponto esses canais são determinados em virtude de recursos limitados e não porque os produtores os

consideram como meios mais eficazes de venda?

3. Que tipo e nível de recursos externos estão disponíveis para melhorar a comercialização de bens das microempresas?

4. Que tipo de programa de aprendizagem para treinamento da microempresa abriria as maiores oportunidades para expansão do mercado?

Entre os canais de mercado existentes figuram postos de venda, tais como lojas caseiras, bancas na rua, feiras-livres, lojas do governo e cooperativas. A compreensão de quem utiliza esses postos de venda e por quê ajudará a determinar o grau em que são possíveis melhor distribuição de renda e lucros maiores.

Os pesquisadores devem, a seguir, identificar de que recursos necessitam as microempresas para superar as limitações específicas da comercialização. A infra-estrutura física, fontes disponíveis de informação econômica, políticas públicas e os fatores de produção figuram entre as áreas importantes que devem ser avaliadas para determinar como o apoio externo pode ajudar os produtores a utilizar seus próprios recursos para obter o máximo resultado.

Finalmente, a pesquisa sobre os métodos mais apropriados de treinamento para ajudar os microprodutores a aplicar o que aprenderam às suas operações diárias tornará mais eficazes os programas de assistência. Em termos práticos, o lugar para começar é perguntar aos microempresários como encaram suas próprias necessidades de aprendizagem. A participação do posto de venda é vital para o processo de automelhoramento. As pessoas envolvidas na microempresa devem participar da decisão referente ao que se deve aprender e que métodos de instrução devem ser empregados, bem como da avaliação se real-

mente se aprendeu alguma coisa.

As microempresas da zona rural são fontes primárias e secundárias de geração de renda entre as pessoas de baixa renda dos países em desenvolvimento. O aproveitamento das atividades da microempresa para melhorar o padrão de vida dos produtores caseiros e promover a economia local não ocorrerá a não ser que haja um esforço unido para ampliar as capacidades do mercado. Mediante

a avaliação das necessidades reais das microempresas da zona rural, será possível formular uma estratégia mais realista para ajudar e implementar a mudança utilizando treinamento formal e não-formal. Espera-se que a agenda preliminar proposta neste foro seja o primeiro passo na realização dos estudos necessários para pôr em mãos da microempresa a decisão de determinar o seu próprio destino.

---

DR. HARRY G. MILLER é Vice-Presidente Associado de Assuntos Acadêmicos da Southern Illinois State University em Carbondale. Em agosto de 1992 tornou-se decano do Centro de Educação Contínua de Adultos da American University no Cairo, Egito. IVO SARIC é especializado em finanças e desenvolvimento, com enfoque na microempresa. Como consultor no Peru, foi membro do conselho de diretores de diversas instituições, inclusive da Corporación Financiera de Desarrollo. É atualmente instrutor visitante do Departamento de Economia da Southern Illinois State University em Carbondale.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente as da Fundação Interamericana. Os editores de *Desenvolvimento de Base* convidam os leitores a enviarem colaborações.

# A MARCHA DO DESENVOLVIMENTO

## UM ESTUDO MUNDIAL PARA ELIMINAR AS CAUSAS DO DESMATAMENTO

O desmatamento nos países em desenvolvimento se vem acelerando exponencialmente nas últimas décadas. As pessoas de baixa renda sem terra são obrigadas a explorar cada vez mais ecossistemas frágeis, enfrentando a decisão amarga de consumir a própria base de recursos para sobreviver. Na vanguarda dos esforços para compreender como o desmatamento as afeta está o Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD), uma pequena organização autônoma de pesquisas, com sede em Genebra.

Recentemente, o UNRISD empreendeu uma pesquisa ambiciosa para determinar as causas sociais do desmatamento e seu impacto em âmbito nacional e regional sobre as pessoas de baixa renda das zonas rural e urbana. Envidam-se esforços para identificar práticas agrícolas e de corte de árvores, a fim de descobrir seus efeitos sobre os grupos que vivem próximo às áreas que estão perdendo a capa florestal. A pesquisa está também se concentrando na forma como os agentes principais — Estado, doadores internacionais, organizações não-governamentais e diversos grupos sociais — aceleram ou retardam o desmatamento. Realiza-se trabalho de campo no Brasil, América Central, Nepal e Tanzânia.

Em 1991, o UNRISD uniu-se à Unidade Regional de Conservação do Solo da Administração Sueca de Desenvolvimento Internacional (SIDA) para discutir as conclusões preliminares do programa de pesquisa. Ambas as partes reconheceram que as políticas dos governos e dos doadores internacionais para sustentar ou desacelerar o desmatamento têm geralmente fracassado, em parte porque não levam em consideração as populações marginalizadas que mais sofrem, como os habitantes da floresta, minorias étnicas, mulheres e crianças. Ressaltou-se que a única forma de aumentar o impacto dos recursos externos limitados é atribuir às pessoas do local um papel na proteção das florestas em que vivem. A participação é a chave de uma gestão bem-sucedida da floresta.

Os resultados dessa pesquisa sobre desmatamento estão sendo inseridos num estudo de maior dimensão do UNRISD sobre o meio ambiente, desenvolvimento sustentável e mudança social. Publicações baseadas nessa

pesquisa foram apresentadas a uma comissão que preparava o trabalho de base da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada no Brasil em junho de 1992. O Sr. Krishna Ghimire, coordenador da pesquisa sobre desmatamento, afirma: “Nossas conclusões permitirão às autoridades da UNCED esclarecer questões relacionadas com o desmatamento, proporcionando uma metodologia eficiente baseada em documentação confiável. Espera-se que depois da UNCED um maior número de países compreenda a necessidade de programas de reflorestamento e de vincular a silvicultura à agricultura.

Com a ajuda de intelectuais locais e em colaboração com outras organizações da ONU, o UNRISD reforçou sua capacidade de pesquisa e suas análises tornaram-se elemento valioso para os responsáveis pela elaboração de políticas em todo o mundo nos últimos 30 anos. Outros programas de pesquisa de vanguarda focalizam o desenvolvimento sustentável na gestão de recursos; mulher, meio ambiente e população; e dinâmica de população, mudança ambiental e tendências do desenvolvimento. Realizam-se conferências periódicas para divulgar os resultados de programas, que também são a fonte de uma onda de relatórios de pesquisas e atualizações, documentos de trabalho e livros. Para obter maiores informações e uma lista de publicações, dirigir-se a Reference Centre, UNRISD, Palais des Nations, CH-1211, Genève 10, Suisse.

— Mamie A. Stokes

## TORNANDO O GOVERNO SEGURO PARA A DEMOCRACIA

De 10 a 12 de setembro de 1991, aproximadamente 24 intelectuais e profissionais em desenvolvimento da América do Norte e do Sul reuniram-se em Tepoztlán, Morelos, México, para discutir a onda crescente de colaboração pública e privada para prestar serviços urbanos na América Latina. Os participantes da Argentina, Brasil, Chile, Peru, Colômbia, México e Estados Unidos apresentaram estudos de casos de atividades que vão da moradia e

cuidados da saúde à proteção ambiental e educação. O seminário atraiu representantes das principais organizações não-governamentais (ONG) e instituições de pesquisa, bem como doadores e autoridades governamentais interessados em compreender e estabelecer vínculos com o universo ainda em expansão das ONG em todo o hemisfério.

O tema dominante do seminário foi o seguinte: o desenvolvimento e a democracia não podem florescer sem raízes locais profundas. Alguns oradores descreveram isso como a necessidade de uma democracia “capilar”, a interação entre pessoas do local e seu governo para criar uma sociedade mais saudável e mais produtiva. Os documentos de trabalho focalizaram a descoberta de que *tipo* de democracia de base se está afirmando e sendo inventada como padrões de conflito, colaboração experimental e empreendimentos conjuntos em diversos países.

Apesar de pontos de partida e de padrões de evolução radicalmente diferentes em cada país examinado, a maioria dos participantes estava convencida de que a colaboração entre as ONG e os governos locais continuaria, até mesmo se aceleraria, na década de 90. Os esforços para prever esse progresso concentraram-se na idade e amplitude da sociedade civil de cada país e do setor das ONG, bem como nas estratégias propostas. Assinalaram-se os pontos de convergência e divergência mais notáveis. A Argentina e o México, por exemplo, estão em fase semelhante em virtude de seus setores de ONG pequenos e recém-formados. As ONG do Brasil e do Chile surgem ambas de ditaduras pesadas, têm origens paralelas na Igreja, dependem consideravelmente do apoio externo e têm atividades programáticas altamente diversificadas. No entanto, há uma diferença básica: os líderes das ONG chilenas, com a democratização, passaram rapidamente a exercer cargos públicos, enquanto as ONG brasileiras permanecem firmemente estabelecidas fora do governo.

De acordo com Baltazar Caravedo, do Peru, o setor das ONG em seu país representa um “centro” sitiado que procura unir-se para contrabalançar uma desintegração social iminente. Um sinal de esperança foi um movimento governamental no sentido da descentralização regional, abrindo oportunidades para as ONG de visão diferente, quer as associadas ao setor informal de Hernando de Soto, celebrado pela direita centrista, quer as atraídas ao modelo

auto-suficiente da Villa El Salvador, preferidas pela esquerda centrista (ver Annis e Franks, *Desenvolvimento de Base* Vol. 13:1). O desempenho das ONG de todos os tipos no combate à crise do cólera sugeriu que a esperança não fora deslocada.

A divisão de estratégias entre as ONG peruanas indicava divisões entre as experiências dos países. Os participantes mexicanos e brasileiros, por exemplo, insistiam em que os movimentos sociais, não as ONG, eram os principais catalisadores da mudança, embora reconhecessem que os empreendimentos de colaboração com o Estado geralmente incluíssem as ONG como intermediários. Os mexicanos também diluíam parte do otimismo a respeito da colaboração ao nível municipal, ressaltando o problema apresentado pelos “caciques” locais. As ONG e as organizações de filiados, assinalaram eles, viam-se às vezes obrigadas a procurar aliados nos órgãos federais para evitar as elites locais engastadas no processo. E como a autoridade estadual se estendia a todos os níveis da sociedade, a cooperação das ONG sempre carregava o risco de serem assimiladas.

No entanto, um estudo de um caso do Chile — onde 36 ONG agora trabalham em estreita colaboração com o Ministério da Saúde na prestação dos serviços primários da saúde — mostrou que a cooperação podem também despertar um novo sentido de invenção social. Pedro Santana Rodríguez confirmou essa asserção, documentando como o movimento colombiano no sentido da descentralização tinha incentivado a colaboração. Determinados a fazer a democracia funcionar, os colombianos contavam consideravelmente com os governos municipais para trabalhar estreitamente com as ONG e suas redes na solução de problemas locais. O exemplo do Instituto de Estudos de Formação e Assessoria em Políticas Sociais, uma ONG de São Paulo especializada na prestação de assistência técnica a municípios que procuram maior participação popular, sugeriu que as ONG têm um papel a desempenhar não somente em serem as primeiras a apresentar modelos de prestação de serviços, mas também no treinamento de funcionários públicos para transformar projetos em programas.

Vários funcionários públicos municipais e federais ofereceram sua perspectiva sobre o movimento no sentido de empreendimentos conjuntos. Uma participante, ex-

diretora de uma ONG e atualmente funcionária do Ministério do Planejamento, explicou como a sua perspectiva mudara quando o “nós” se tornou o “eles”, quando a oposição se tornou o governo. As autoridades interessadas em transformar projetos em programas enfrentavam a dificuldade de tratar com números enormes de reivindicantes competitivos, mesmo entre as pessoas de baixa renda. Isso requeria novas aptidões dos gerentes das ONG, acostumados a trabalhar com uma clientela relativamente circunscrita.

Fernando Calderón, do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, resumiu a visão macroeconômica para a América Latina. Declarou sombriamente que a região desempenharia papel “insignificante” na economia mundial emergente, acionada pela tecnologia, porque a maioria das pessoas de baixa renda seria, muito simplesmente, “supérflua”. Argumentava ele que a melhor esperança da América Latina é começar de novo, no nível local, quer se dê ênfase à economia ou à política, ao desenvolvimento ou à democracia. O progresso somente ocorrerá mediante o lançamento de alicerces mais sólidos.

Os 13 documentos de trabalho do seminário, descrevendo os esforços atuais para lançar tais bases, estão sendo traduzidos e editorados para serem publicados num volume, em espanhol e inglês, no final de 1992.

— Charles A. Reilly

## REDES DE AGROECOLOGIA ACESSÍVEIS AO USUÁRIO

Na América Latina, mais de 60% da população vive em condições de pobreza rural, sendo muitos deles pequenos agricultores com pouco ou nenhum acesso a insumos agrícolas modernos e caros. A agroecologia é uma disciplina científica nova, cujos métodos de extensão de campo promovem meios de baixo custo para melhorar a produção, protegendo ao mesmo tempo os ecossistemas frágeis e a base de subsistência de que dependem muitas comunidades rurais. Os últimos meses presenciaram a importantes avanços nas comunicações neste campo na América Latina.

No terceiro trimestre de 1991, o *Consortio Latinoamericano sobre Agroecología y Desarrollo* (CLADES) e a Federação

Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica-América Latina (IFOAM-LA), as duas principais redes latino-americanas dedicadas a pesquisar e promover a agroecologia, assinaram um acordo de cooperação. Este pacto melhorará a coordenação entre os filiados da IFOAM-LA, que abrangem mais de 80 organizações não-governamentais (ONG), e os 11 membros do CLADES. O melhor fluxo de informação promete levar as últimas conclusões de pesquisas em agroecologia a um maior número de agricultores de baixa renda da região.

Em setembro de 1991, o CLADES assinou um acordo com 10 universidades latino-americanas, graças ao qual a agroecologia fará parte do currículo dos principais departamentos de agronomia do hemisfério. Este acordo histórico ajudará a fazer o treinamento agrícola passar do enfoque estreito sobre as tecnologias da “revolução verde”, cujo preço, de modo geral, está fora do alcance dos pequenos agricultores do continente, para sistemas mais baratos de melhoramento da qualidade do solo, redução da erosão e limitação do uso de pesticidas nocivos.

Para o futuro, a IFOAM-LA está planejando um sistema de comunicações eletrônicas por satélite para ligar seus filiados e possibilitar conferência entre diversas partes, bem como acesso imediato à informação e às conclusões de pesquisas mais atualizadas. A IFOAM-LA espera angariar os fundos necessários de fontes externas e de contribuições de contraparte dos filiados para ter um sistema completamente instalado em 1996. O CLADES também está planejando estabelecer um sistema de comunicações eletrônicas.

Finalmente, a *Asociación Dana*, filiada da IFOAM-LA no México, publicará, com apoio da Fundação Interamericana, o *Manual de Certificación de Productos Orgánicos para México*, a fim de ajudar os agricultores locais a vender sua safra organicamente cultivada tanto no país como no exterior. Para maiores informações sobre a IFOAM-LA, contatar Angela Ecosteguy, a/c Fundação GAIA, Rua Jacinto Gomez, 39, 30.040 Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; IFOAM-México: Apartado 22-315, 14000 México, D. F., México; e CLADES: Andrés Yurjevic, Secretario Ejecutivo, CLADES, Casilla 16557, Correo 9, Santiago, Chile.

— Jim Adriance

# NOTÍCIAS DA SEDE

## Dominando a ecologia social do desenvolvimento

Anna M. DeNicolo

“Nós somos os catalisadores, não os arquitetos da mudança”, afirma Antonio Andaluz, peruano, que recebeu uma das três primeiras Bolsas Interamericanas Dante B. Fascell, concedidas pela Fundação Interamericana em 1991. “A tarefa dos profissionais em desenvolvimento”, explica ele, “é ser como um moscardo incansável, estimulando a criatividade em outros e ajudando as pessoas a trabalharem em conjunto para uma meta comum”. O programa “Bolsa Interamericana Dante B. Fascell” tem por objetivo ajudar inovadores em desenvolvimento bem-sucedidos, como Andaluz, a levar sua mensagem ao público de todo o hemisfério.

Mary Allegretti, do Brasil, e Arturo García, do México, os outros dois bolsistas, compartilham a visão de Andaluz a respeito da mudança de base. Todos os três estão na vanguarda da nova geração de líderes em desenvolvimento que procuram reforçar as instituições da sociedade civil por meio de organizações não-governamentais (ONG) e organizações de filiados vibrantes. Adeptos do reforço da coalizão, estão criando uma nova metodologia: a ecologia social do desenvolvimento. A humanidade e o meio ambiente, os ricos e pobres, os setores público e privado, são todos considerados aspectos de um único sistema. Compreender como os problemas estão interligados abre a possibilidade de novas parcerias para solucioná-los. Esse pensamento lateral desvia-se do dogma e concentra-se na análise das lições da experiência direta do projeto.

Se o esforço cooperativo é a força impulsionadora na base de uma ecologia eficaz do desenvolvimento, as pessoas de baixa renda são o seu alicerce. Diz Arturo García: “Deve-se começar na base ajudando as pessoas a articular suas necessidades e problemas reais. Esse processo revela questões profundas que cada vez mais reúnem as famílias em organizações comunitárias que um dia poderão ser ligadas a cadeias mais amplas nos níveis regional, nacional e às vezes até mesmo internacional.” Ao analisarem as questões escolhidas, todos os três bolsistas demonstram preferência por identificar os principais agentes e suas potenciais inter-relações. Como os moscardos de Andaluz,

estimulam as pessoas a construir novas redes e alianças.

Há mais de uma década, Mary Allegretti vem defendendo os seringueiros da floresta tropical do Brasil. “Meu objetivo”, diz ela, “é mudar o conceito de desenvolvimento, de forma que os grupos marginalizados possam participar do processo e o meio ambiente se torne a pedra fundamental de novas alternativas para melhorar seu bem-estar e o da sociedade.”

Quando Mary visitou a região amazônica em 1978 para fazer pesquisa antropológica, encontrou “toda uma população [de seringueiros] que viviam em quase isolamento, numa relação direta com a floresta.” Ignorando as forças econômicas externas que influenciam sua vida, estavam enclacados em dívidas com os intermediários que controlavam o acesso aos mercados. Chocada com a situação, deixou seu cargo universitário para abrir uma escola para ajudar os seringueiros a romper o ciclo da pobreza.

Trabalhando com os líderes, descobriu como a sua sorte estava ligada à da floresta, que era ameaçada pelas pecuária, abatimento de árvores e práticas agrícolas de visão curta. Mary começou também a reconhecer que a sensibilidade crescente do público com relação aos problemas ambientais criava uma nova oportunidade para os seringueiros solucionarem seus próprios problemas. Em 1986, ela fundou o Instituto de Estudos Ambientais para prestar assistência aos seringueiros e informar o público sobre a situação no Amazonas. Seus esforços ajudaram a dar destaque mundial a Chico Mendes, líder de base, não somente como defensor dos colegas seringueiros, mas também como defensor da própria floresta tropical.

“Uma das minhas funções”, explica Mary Allegretti, era a de comunicadora de idéias, que eu traduzia para diversos públicos, ajudando a abrir canais permanentes de diálogo. O resultado tem sido uma nova estratégia de ação, da qual fazem parte propostas realistas, vínculo com grupos ambientais aos níveis nacional e internacional e desenvolvimento de líderes de base capazes de aproveitar o momento quando o governo se abria a novas políticas.”

Chico Mendes foi assassinado em 1988, mas um de

seus legados permanece. O Instituto de Mary Allegretti tem liderado o caminho para uma lei nacional que estabeleça mais de três milhões de hectares de “reservas extrativas”, áreas de proteção separadas para os moradores da floresta colherem recursos renováveis de forma sustentável. O movimento dos seringueiros, que Chico Mendes ajudou a criar, foi ampliado para incluir castanhas e outros produtos florestais, diversificando a base da renda dos seringueiros mediante o aproveitamento de um mercado “verde” emergente na América do Norte e na Europa para os bens de consumo que ajudam a proteger o meio ambiente global.

Arturo García atribui este êxito ao líder de base com a capacidade de “sempre pensar a longo prazo e ter vários filmes rodando ao mesmo tempo.” Nascido numa família de pequenos agricultores na zona rural do México e formado em agronomia, García fala a língua dos camponeses a quem dedicou sua vida profissional. Seu vasto trabalho organizacional na base eventualmente o levaram a identificar um problema central para os pequenos agricultores. “A economia camponesa”, explica ele, é como uma bolsa cheia de buracos. Historicamente, tem subsidiado o resto da sociedade. Tapar esses buracos requer programas que capacitem os pequenos agricultores a acrescentar valor à sua produção e substituir intermediários não competitivos pela comercialização, crédito e bens de consumo.

Seus dez anos como organizador, lidando com esses problemas, aguçaram sua visão lateral, ensinado-lhe a importância de reforçar a concatenação. “Alguns”, diz ele, “podem considerar isso uma loucura. Mas uma rede leva à outra. Devemos continuar a avançar, continuar a organizar-nos para aproveitar as oportunidades no momento em que surgem.” Depois de reunir os pequenos cafeicultores em Guerrero, seu estado natal, García desempenhou papel central em unir os cafeicultores em âmbito nacional. É diretor da *Coordinadora Nacional de Organizaciones Cafetaleras* (CNOCA), uma rede de 70 organizações de pequenos produtores que abriu novos mercados na América do Norte e na Europa para a *Aztec Harvest*, sua marca de café cultivado organicamente.

A Ecologia encontrou-se com a “ecologia social” quando García identificou a agricultura orgânica como estratégia eficaz para os pequenos produtores que também

beneficiava o meio ambiente e os consumidores. Os pequenos cafeicultores poderiam eliminar o custo elevado dos produtos agroquímicos e ter renda mais alta proveniente de um mercado internacional em ascensão, enquanto o consumidor usufruía um produto mais saudável. Diz García: “Nossa meta é ir além da dependência da solidariedade de outros e produzir café de alta qualidade para venda direta ao consumidor.”

A experiência de García na CNOCA foi um trampolim para lançar a *Unión de Pequeños y Medianos Productores de Café de México, Centroamérica y el Caribe* (UPROCAFÉ). A UPROCAFÉ é um esforço ambicioso dos pequenos cafeicultores de sete países da região para conseguir penetração no mercado, modernizar as instalações de processamento e prestar assistência técnica com vistas a aumentar a produção e reduzir os custos. A UPROCAFÉ está empenhada em reunir pequenos agricultores da América do Sul, África e Ásia sob um único toldo e dar-lhes participação nas negociações internacionais de regulamentação do mercado do café.

O bolsista Antonio Andaluz, advogado e poeta, é ambientalista que reconhece que as pessoas dependem da terra para sobreviver. “Temos que preservar o meio ambiente” ressalta ele. “Quando há erosão da camada superior do solo, é o camponês que sofre. As comunidades devem aprender a gerir recursos naturais tão cuidadosamente como o fazem com recursos humanos.”

O fato de Andaluz reconhecer o complexo relacionamento entre as comunidades rurais e a terra levou à criação do *Instituto Tecnológico Agrario Proterra* em 1983. O Proterra tem ajudado pequenos agricultores a obter título da terra, aumentar a produção por meio de métodos orgânicos e outras tecnologias novas e obter acesso ao crédito governamental. Graças a essa experiência, Andaluz tornou-se ciente da subutilização dos recursos governamentais e da falta de coordenação entre as organizações que trabalham com as pessoas de baixa renda.

Esta visão central inspirou o programa pragmático *Operación Tábano*, que Andaluz tem utilizado para convencer as comunidades, universidades, ONG e ministérios públicos a juntar as forças a fim de maximizar a capacidade agrícola sustentável do Peru. A *Operación Tábano* foi instrumental no êxito do Proterra em redigir a lei para estabelecer o cinturão ecológico ao redor de Lima. Este

programa integrado de desenvolvimento considera a região como um único organismo vivo e destaca a interdependência dos moradores das zonas rural e urbana para a conservação do meio ambiente. Abre acesso aos recursos de que necessitam os agricultores para alimentar sua família e a cidade, reduzindo ao mesmo tempo a poluição do ar e protegendo o abastecimento de água da região.

O Proterra tem também sido catalisador na formação da *Red Ambiental Peruana*, com 77 organizações e responsável pela formulação da estratégia de conservação do país. Antonio Andaluz compartilhou com colegas de todo o mundo o que aprendeu dessas experiências ao participar da Conferência Internacional da Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

Andaluz, Allegretti e García foram, cada qual, pioneiros na introdução de estratégias para o desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Ao aproveitar a energia dos órgãos públicos e da sociedade civil e ao levar as questões de base a um plano internacional, concentraram

a atenção sobre a interdependência crescente da sociedade e a necessidade de cooperação para possibilitar uma mudança duradoura.

Estes três pioneiros estabeleceram um alto padrão de realização para o Programa da Bolsa Interamericana Dante B. Fascell, que lhes permitirá refletir sobre suas experiências de base e realizar seminários, participar de conferências e preparar publicações para compartilhar as lições aprendidas com outros interessados em ampliar as oportunidades de desenvolvimento.

Os candidatos às bolsas são examinados por uma comissão de seleção de latino-americanos e caribenhos de destaque. A comissão propõe uma lista de candidatos qualificados ao Presidente da Fundação Interamericana, que faz a escolha final. A próxima seleção para a Bolsa Fascell será feita em 1993.

ANNA M. DENICOLO, *ex-bolsista do programa de mestrado da Fundação Interamericana, é consultora que mora em Washington, D. C.*

### BENEFICIÁRIOS DA FUNDAÇÃO INTERAMERICANA NAS NOTÍCIAS

O *Christian Science Monitor* destacou recentemente os *suka kollus* ou campos elevados pré-incaicos, que estão sendo reconstruídos pelos índios Aimarás da bacia do Lago Titicaca na Bolívia. Utilizando pesquisas da **Parroquia Tiwanaku**, os indígenas estão adaptando esta antiga tecnologia agrícola para produzir supersafras de batata. Uma planta produzirá agora 60 ou 70 batatas num estação, muitas delas pesando até 1,5 kg. • Salvador García, fundador dos **Servicios de Educación de Adultos (SEDAC)**, que inspirou a **Unión de Comunidades del Valle, A. C. (COVAC)** no Vale Mezquitil do México, foi mencionado na publicação trimestral *Earthtreks*. Essas duas organizações promovem programas de auto-ajuda para os índios Otomí e são filiadas à *Habitat for Humanity International*, que consegue empréstimos de 10 anos sem juros para pessoas de baixa renda interessadas em construir a própria casa. • O SEDAC e o COVAC receberam também destaque num número da edição internacional de *Newsweek*, que examinou esforços de camponesas para melhorar a respectiva comunidade por meio da alfabetização de adultos, habitação e projetos de geração de renda. • O BID, publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), anunciou que a **Fundación para el Desarrollo de la Región Este** da República Dominicana receberá financiamento para estabelecer fundos de crédito rotativo para microempresárias, pequenos agricultores, agroempresários e artesãos. • O BID também declarou que o apoio do Fundo Suíço de Cooperação Técnica e Pequenos Projetos do Banco deverá ajudar três beneficiários da Fundação Interamericana da Costa Rica a estabelecer fundos de crédito rotativo e proporcionar assistência técnica em benefício de 950 empresárias. As organizações incluem: **Fundación Mujer (FUNMUJER)**, **Centro Feminista de Información y Acción (CEFEMINA)** e **Asociación CREDIMUJER**. O BID também proporcionará doações de assistência técnica para reforçar a capacidade institucional dessas entidades.

— *Compilado por Maria E. Barry*

# LIVROS

---

**DEMOCRATIZING DEVELOPMENT**, de John Clark, West Hartford, Connecticut: Kumarian Press, 1990.

Wilbur Wright

Um velho provérbio diz o seguinte: “não mexa no time que estiver ganhando”. John Clark, assessor em política de desenvolvimento da Oxfam UK, vira esse adágio do avesso, argumentando que os esforços de desenvolvimento no Terceiro Mundo não funcionam e precisam ser consertados.

Em *Democratizing Development*, Clark afirma que as organizações não-governamentais (ONG), inclusive sua própria entidade, ajudaram a criar essa situação difícil e, portanto, são parte do problema. Atenua um pouco a ferroada acrescentando que as ONG estão na vanguarda do esforço de encontrar soluções para os erros cometidos na busca do desenvolvimento.

A defesa das ONG feita por Clark começa com uma breve história de suas origens e evolução. A maioria das ONG do Norte, em atividade hoje em dia, remontam suas raízes aos esforços de ajuda aos refugiados e a outros projetos de reconstrução da Europa destruída pela Segunda Guerra Mundial. As ONG do Sul surgiram de lutas modernas pela independência ou da chegada de assistência das ONG do Norte à região. Foi somente na década de 70 que as ONG do Sul começaram a romper os moldes humanitários estreitos para introduzir novas abordagens que visavam à conscientização, ou liberação por meio da autoconsciência, das pessoas de baixa renda. Após a resistência inicial, a maioria das ONG do Norte aderiu e, na década de 80, estava formulando a série de novos programas que começaram a redefinir o desenvolvimento.

Clark ressalta que esta mudança em andamento não é simplesmente a adoção de uma nova retórica. Nas duas últimas décadas, as ONG adquiriram uma compreensão muito mais clara da pobreza, expandindo sua definição além da geração de renda e ativos para incluir a saúde, educação, segurança e vários outros indicadores.

Essa compreensão, por sua vez, levou a um conceito mais dinâmico de desenvolvimento, que já não é mais

considerado como mercadoria entregue ao povo mas um processo de mudança empreendido *pele* povo, capacitando-o a adquirir confiança, aptidões, ativos e liberdades necessários para realizar seu pleno potencial.

Clark chama isso de “desenvolvimento justo” e afirma que se trata de requisito para atacar o conjunto de forças que causam a pobreza e a estagnação social. Cunhou o acrônimo *DEPENDS* para descrever os sete elementos desta nova estratégia: desenvolvimento da infra-estrutura, crescimento econômico, alívio da pobreza, equidade, proteção da base de recursos naturais, democracia e justiça social.

A compreensão dos fundamentos necessários para o desenvolvimento justo deve inspirar as ONG a assumir papel mais amplo. A gestão de projetos bem-sucedidos é apenas o ponto inicial para influenciar outros a imitar esses esforços. A transformação de projetos em programas requer que as ONG promovam suas próprias redes para ajudar a mudar as políticas e práticas dos governos local e nacional e das entidades internacionais de ajuda.

Uma parte importante de *Democratizing Development* traça este novo papel, destacando os melhores caminhos e o equipamento necessário para uma jornada cheia de êxito. Na opinião de Clark, é essencial que uma ONG tenha boa liderança, formulação sólida de projetos e forte componente de aprendizagem para manter a memória institucional e prestar contas aos beneficiários, a outras entidades de desenvolvimento, a acadêmicos e ao público. Uma vez assegurados esses elementos, a ONG deve estar preparada para ampliar idéias de projetos bem-sucedidos, influenciando outros por meio da educação, *lobby* e defesa dos direitos. A ampliação pode trazer maior coordenação entre as ONG do Norte e do Sul e conseguir mudanças nas políticas públicas de desenvolvimento, de forma que os esforços signifiquem intensificação e não eliminação mútua ao nível local, criando para ambos oportunidades de aprender, apoiar e motivar.

Na última seção do livro, Clark focaliza o “ajustamento estrutural”, o remédio de desenvolvimento prescrito pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial para a maioria das economias do Sul em apuros. O ajustamento estrutural é uma série de medidas a serem adotadas pelos governos para corrigir déficits orçamentá-

rios e de conta corrente. Na opinião de Clark, tal abordagem não somente deixa de estimular o desenvolvimento mas é universalmente prejudicial aos cidadãos dos países em que esta política está sendo implementada. Ele crê que a razão de tal deficiência é ter procurado aprimorar uma estrutura econômica com falhas profundas que exige revisão total. Referindo-se à sua abordagem *DEPENDS*, propõe um modelo de desenvolvimento que serve às pessoas e ao planeta. Para alcançar essas metas, as economias nacionais devem não apenas preocupar-se com o crescimento do produto nacional bruto mas promover a equidade, justiça social, conservação da natureza e democracia.

O livro termina com um apelo às ONG para intensificarem o desafio mudando sua forma de pensar, planejar e trabalhar, bem como o modo de relacionamento com outros. Se se recusarem, tornar-se-ão espectadores insignificantes enquanto o mundo luta pela própria sobrevivência.

Alguns talvez chamem John Clark de purista, ingênuo, um desses liberais religiosos ou até mesmo profeta do juízo final, mas seu argumento é convincente, especialmente quando comparado com as realizações dos atuais modelos de desenvolvimento. Para o profissional, este é um livro a ser lido e ponderado.

WILBUR WRIGHT é representante da Fundação Interamericana para a Nicarágua. Dirigir pedidos do livro a Kumarian Press, Inc., 630 Oakwood Ave., Suite 119, West Hartford, Connecticut 06110-1529 EUA (telefone: 203-953-0214).

**WHAT YOU CAN DO FOR YOUR COUNTRY: AN ORAL HISTORY OF THE PEACE CORPS,** de Karen Schwarz. New York, New York: William Morrow and Company, Inc., 1991.

Diane B. Bendahmane

Os veteranos do Corpo da Paz sempre gostaram de se reunir para trocar lembranças dos anos de serviço. Os rigores do treinamento e depois do trabalho numa cultura

estrangeira são experiências muito intensas que unem as pessoas. Como disse um dos meus colegas do Corpo da Paz, “era a nossa guerra”.

*What You Can Do for Your Country* é uma coletânea de “histórias de guerra” de ex-voluntários e alguns que ainda estão concluindo seus dois anos de serviço. Algumas histórias são literalmente sobre a guerra, como os relatos absorventes dos voluntários obrigados a servir em hospitais durante o golpe de 1965 na República Dominicana, quando, conforme diz uma testemunha ocular, foi necessário “fazer tudo, desde preparar e aplicar curativos a levar os mortos para o necrotério.”

A maioria, porém, desses relatos fala de lutas mais familiares aos voluntários, lutas contra a apatia, solidão e sentimentos de futilidade. Um professor do Corpo da Paz em Honduras, por exemplo, conta o seguinte:

*Vários voluntários desistiram, porque era muito difícil. Fazia 35 graus centígrados, a gente transpirava em bica, o sol caía e era preciso apertar os olhos para ver o quadro-negro e os mosquitos atacavam o tornozelo. Alguns hondurenhos sofriam de desordens de aprendizagem ou cegueira noturna causadas pela subnutrição, de forma que as aulas progrediam muito lentamente. Os voluntários tinham sonhado em trabalhar com centenas de professores e causar impacto visível mas tudo isso era ingenuidade.*

As histórias, coligidas em entrevistas da jornalista *free-lance* Karen Schwarz, são dispostas cronologicamente em sete partes, correspondendo aos sete governos desde a criação do Corpo da Paz em 1961, de acordo com o desafio do Presidente John F. Kennedy aos jovens americanos: “Não pergunte o que o seu país pode fazer para você — pergunte o que você pode fazer para o seu país.” Os capítulos começam com uma breve introdução que proporciona o contexto histórico para as histórias orais individuais que seguem. Cada capítulo reitera o argumento básico da autora: o ideal do Corpo da Paz de ser intermediário não-partidário da ajuda de povo a povo nunca se concretizou.

Um conjunto de limitações foi imposto pela mudança de focalização da política externa dos Estados Unidos. Na década de 80, por exemplo, um grande número de volun-

---

tários foi recrutado para o desenvolvimento da pequena empresa em apoio à Iniciativa da Bacia do Caribe, proposta pelo governo. Mais recentemente, os voluntários nos países do Leste Europeu foram designados, em consonância com a política dos EUA, para prestar assistência às novas democracias frágeis que lá surgiam.

Mesmo quando as metas são admiráveis, esta abordagem tem suas deficiências. Se a entidade se tornar um dispositivo de relações públicas para atender à última crise, a sua missão de desenvolvimento sofrerá. Programação apressada, treinamento abreviado e apoio demasiadamente limitado do pessoal de direção para os voluntários podem freqüentemente tornar-se a ordem do dia quando os programas forem juntados para cumprir um cronograma político. Os voluntários talvez não encontrem um verdadeiro emprego à sua espera quando regressam ao país e, diz Karen, suas queixas com freqüência não são levadas a sério. A pressão política pode ser o culpado, mas os próprios voluntários admitem que tendem a criticar o pessoal da direção.

A autora também cita situações em que o Corpo da Paz é vulnerável ao vai-e-vem das políticas internas nos países em que trabalham. O Governo da China, por exemplo, cancelou o programa lá como "inconveniente" depois do massacre da Praça Tiananmen. Outro capítulo trata da AIDS e do suposto fracasso do Corpo da Paz na década de 80 de alertar os voluntários na África para a grave ameaça representada por esta doença. Isso refletiu tanto a falta de consenso nos Estados Unidos relativa à forma de tratar sua própria crise de AIDS como a hesitação de muitos países anfitriões em chamar a atenção para o grau da epidemia.

É difícil refutar a tese geral de Karen. O Corpo da Paz é órgão público e, em última análise, sua própria existência está nas mãos das autoridades eleitas. A organização abaixou a guarda com demasiada freqüência ao lutar por sua vida. De acordo com a autora, Loret Ruppe, ex-Diretora do Corpo da Paz, defende, sem qualquer tom escusador, sua sensibilidade à política externa em base

pragmática. Diz Loret:

*Quando vim para o Corpo da Paz, pensei: "Puxa, esta é a melhor coisa que nosso Governo está fazendo. Por que nosso orçamento é ainda a metade de um bombardeiro B-1?" Espero que um dia os encarregados das decisões orçamentárias percebam que o trabalho do Corpo da Paz é o caminho que devemos seguir. Mas eles não nos verão se não formos visíveis.*

Paul Coverdell, sucessor de Loret, fala abertamente da necessidade de manter-se "a par da política externa americana em mutação, a fim de permanecer vital."

Na opinião de Karen, a forma de isolar a entidade contra essa pressão é internacionalizá-la. Mas admite: "o serviço voluntário internacionalizado talvez seja o crescimento mais idealista decorrente da fundação do Corpo da Paz" e não é provável que ocorra.

As histórias de guerra coligidas pela autora sobre o Corpo da Paz são boas histórias, mas não a história completa. O subtítulo de seu livro — *An Oral History of the Peace Corps* — exagera o que se oferece. A preferência de Karen por histórias de desastre e desilusão — combinadas aqui e ali com uma pitada de escândalo — pode ser natural para uma jornalista decidida a conseguir a matéria. É evidente sua falta de interesse no processo de desenvolvimento; não se fala quase nada do assunto. Além disso, os leitores que procurarem uma descrição equilibrada ficarão desapontados. Em alguns casos, dois ou três entrevistados forneceram as "histórias orais" para toda uma década de atividades do Corpo da Paz. A verdadeira história do Corpo da Paz ainda não foi escrita. Esta "fatia" da história é leitura muito boa, mas não alimenta muito os que nela buscam compreensão mais profunda da atração contínua do ideal do Corpo da Paz.

DIANE B. BENDAHMANE, editora/escritora do Projeto de Água e Saneamento para a Saúde, foi voluntária do Corpo da Paz e membro do quadro de direção desse órgão na década de 60.

# RECURSOS

---

No fim de 1991, a Organização Pan-Americana da Saúde tinha publicado a ocorrência de 38 978 casos de cólera na América Latina. Há muito tempo considerada a doença das pessoas de baixa renda, o cólera ameaça áreas em que há escassez de água potável, os sistemas de saneamento são subdesenvolvidos ou não-existent e onde são praticadas poucas medidas de higiene — freqüentemente porque os rigores da vida diária deixam aos residentes poucas energias além do necessário para a simples sobrevivência.

Apesar da decrescente cobertura da imprensa nos últimos meses, o cólera continua a ser séria ameaça em vários países latino-americanos, como também é o caso de diversas outras doenças debilitantes. A saúde comunitária e o desenvolvimento freqüentemente caminham passo a passo e os recursos deste número da revista focalizam as medidas para prevenir e tratar a doença, bem como melhorar a higiene pública.

---

Uma dessas fontes, um pacote rico e variado de materiais comunitários educacionais para combater a epidemia de cólera é agora distribuído pela MAP Internacional, de Quito, Equador. A *Defender la Vida* inclui em seu pacote, convenientemente embalado, o seguinte: guia do usuário, vídeo curto e moderado, audiocassete para radiodifusão, manual de instrução intitulado *Pautas para el Control de Cólera*, cartaz educativo, manuais do treinador e do promotor de saúde e várias folhas de 21,59 cm por 27,94 cm que podem ser duplicadas para serem usadas como apostilas e panfletos.

As apostilas são particularmente atraentes. Utilizam desenhos e linguagem direta para explicar as causas, sintomas e tratamento do cólera. Dá-se ênfase especial às medidas preventivas — lavar as mãos e outras precauções sanitárias, preparação adequada de alimentos e tratamento da água tanto na fonte como antes de beber.

Promovendo as vantagens da instrução em grupo, o guia do usuário, de nove páginas, esboça os princípios da educação de adultos e descreve as diversas técnicas para estimular discussões eficazes.

O manual do treinador, provavelmente destinado para os que informam os auxiliares de saúde e educadores, baseia-se nesses princípios e técnicas de formulação de

diretrizes, passo a passo, para organizar um seminário de três partes sobre a prevenção do cólera. O manual para os auxiliares de saúde, de tom mais informal, utiliza o formato de perguntas e respostas para ajudar os leitores a aprofundar seus conhecimentos a respeito da doença. Tipo grande, linguagem comum e ilustrações bem planejadas juntam-se para tornar este panfleto uma referência atraente.

Organizações em todo o mundo podem obter o pacote completo mediante pagamento. Enviar pedidos a MAP International, Oficina Regional para América Latina, Casilla 1708-8184, Quito, Ecuador (tel.: 452-373; fax: 435-500).

---

Materiais muito bem ilustrados, que vão de cartazes a fichas, acompanham o *Guía para la Capacitación en el Manejo de las Diarreas*, guia de treinamento comunitário no tratamento da diarreia, distribuído pela UNICEF-México e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O guia de treinamento, escrito em linguagem coloquial, está organizado em duas seções. A primeira apresenta informação básica, descrevendo como as mães podem identificar a diarreia e explicando o conceito de desidratação, utilizando um flor murcha como analogia. Descrevem-se, a seguir, os seis sintomas comuns da desidratação, acompanhados de ilustrações que mostram uma criança doente. A seção de abertura conclui com uma definição da terapia de reidratação oral e as cinco medidas que as mães devem tomar para proteger seus filhos contra a desidratação. Uma dessas medidas requer ingestão oral de sais reidratantes, fornecendo-se instruções claras para a mistura.

A segunda parte do manual explica as vantagens e os métodos do treinamento participatório. Colocando as mães em pequenos grupos onde possam expressar livremente suas idéias, compartilhar experiências e colaborar nos exercícios de treinamento, aprofunda-se o processo de aprendizagem por meio da confiança e apoio mútuos. Oferecem-se instruções claras para as sete atividades de treinamento, inclusive avaliação dos participantes a res-

---

peito do que se aprendeu.

A fim de incentivar a discussão durante o treinamento, os moderadores utilizam as fichas e cartazes que acompanham o guia. Os mesmos recursos podem ser usados para apresentações curtas e informais a clubes comunitários de mães. Dirigir pedidos do pacote a: UNDP/World Bank, Water and Sanitation Program, PROWESS, 1818 H Street, N. W., Room S-11125, Washington, D. C. 20433 EUA (telefone: 202-473-1304).

---

O terceiro recurso, criado por uma rede de colaboradores, provém da República Dominicana. O *Manual para el Uso de Plantas Medicinales* é um livro de referência acessível às famílias da zona rural para consulta no tratamento de um parente ou vizinho com problemas estomacais.

Empregando um método simplificado de estudo de caso, o manual informa os leitores sobre a prevenção e o tratamento por meio de relatos divertidos de quatro amigos que vivem no campo. Impressões bicolores ressaltam os desenhos vivazes que aparecem em todas as páginas para ilustrar sintomas, estratégias de prevenção e remédios à base de ervas.

O manual apresenta dez produtos herbáceos e hortícolas. As fases de preparação são escritas com clareza em tipo grande, com um desenho para ilustrar cada fase. Indicam-se as dosagens recomendadas para cada grupo. Vinhetas de cautela, intercaladas em todo o manual, mostram aos leitores as plantas a serem evitadas em determinadas circunstâncias e enfatizam como identificar quando as terapias caseiras à base de ervas devem ceder o lugar ao tratamento médico-clínico.

Dedicam-se diversas páginas aos sintomas da desidratação das crianças, bem como à preparação e administração de um líquido hidratante composto de água fervida, sal, açúcar e limão (um dos ingredientes destacados no manual).

---

Para obter este e vários outros manuais de saúde e

higiene dirigir-se a: Enda-Caribe, Apartado 21000 Huacal, Santo Domingo, República Dominicana (telefone: 809-566-8321); e PROSAIN, Apartado 2739, Santo Domingo, República Dominicana (telefone: 809-561-4316).

---

Pode-se encontrar maior informação sobre plantas medicinais e remédios caseiros no primeiro capítulo de *Donde No Hay Doctor*, guia de cuidados locais da saúde. Agora em sua quarta edição, o manual do Dr. David Werner tem atendido às necessidades de saúde da zona rural e das aldeias desde 1973. Baseado nos princípios de responsabilidade pessoal e comunitária, intercâmbio de informações e respeito pelo conhecimento e capacidades locais, este manual ajuda os leitores de áreas remotas ou subatendidas a tratar de lesões e doenças comuns, bem como tomar medidas de prevenção. Ressalta como reconhecer quando a condição do paciente requer atenção de um auxiliar de saúde ou de um médico.

Os 23 capítulos abrangem uma ampla série de temas: nutrição; técnicas de diagnóstico; doenças de todos os tipos, da diarreia à tuberculose; primeiros socorros e medicação; prevenção de doenças; e planejamento familiar, entre outros. Um capítulo especialmente útil, *Palabras a los Trabajadores de Salud Rural*, fala diretamente aos auxiliares de saúde das aldeias, oferecendo sugestões ponderadas sobre como escolher as atividades de saúde a serem promovidas e como tornar-se treinadores e curandeiros mais eficazes.

Informação sobre remédios específicos — uso, dosagem, precauções e efeitos laterais — figuram no fim do manual. Embora bastante técnico, os dados são apresentados clara e simplesmente. Os leitores também podem consultar um glossário de dez páginas, que define os termos relacionados com termos médicos e sanitários numa linguagem de fácil compreensão. Um apêndice final apresenta recursos úteis e indica nomes e endereços de organizações que fornecem materiais educacionais, tanto gerais como relacionados com a saúde.

Para obter gratuitamente o manual, disponível em espanhol, inglês ou português, dirigir-se a: Hesperian Foundation, P. O. Box 1692, Palo Alto, California 94302

---

EUA (telefone: 415-325-9017). A um custo adicional, a *Hisperian Foundation* expedirá para o exterior.

---

Dado o vínculo entre higiene e comunidade, como os planejadores de programas e os educadores de saúde locais podem maximizar seus esforços para estender recursos limitados? Que elementos ajudam a assegurar que a educação em higiene leva à mudança de comportamento? Essas perguntas inspiraram um estudo, distribuído pelo Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento para a Saúde (WASH), que cristaliza as lições aprendidas de projetos em três países. Embora nenhum destes esteja na América Latina e nenhum determinado modelo de educação higiênica seja replicável em todas as partes, muitas das opiniões oferecidas neste documento aplicam-se realmente ao hemisfério ocidental.

Apresentando suas conclusões no Relatório Técnico do WASH N° 55, *What Makes Hygiene Education Successful?*, os autores agrupam os ingredientes essenciais para projetos de abastecimento de água e saneamento bem sucedidos em cinco categorias: pré-condições para começar a fase de planejamento; administração e logística;

fundamentos; extensão comunitária; e monitoração, avaliação e ajustamentos de meados de curso. Atribui-se ênfase especial à preparação dos fundamentos — compilação da informação de base sobre o conhecimento e comportamento atual da comunidade, ganhando o apoio de líderes políticos locais e recrutando as pessoas acertadas como educadores sanitários (usando critérios locais que geralmente incluem sexo, educação, situação de emprego e lugar de origem/residência). Ressalta-se também, de forma considerável, a extensão comunitária e três apêndices proporcionam materiais de apoio para esta e outras atividades de trabalho de base.

Dois volumes de acompanhamento, também divulgados pelo WASH, complementam este documento: *Guidelines for Designing Education Program in Water Supply and Sanitation for Regional/District-Level Personnel* (Relatório de Campo N° 218) e *New Participatory Frameworks for the Design and Management of Sustainable Water Supply and Sanitation Projects* (Relatório Técnico N° 52).

Dirigir pedidos de qualquer dos três documentos a WASH Project, 1611 N. Kent Street, Room 1001, Arlington, Virginia 22209-2111 EUA (telefone: 703-243-8200).

—Lynda Edwards

# FUNDAÇÃO INTERAMERICANA

---

## Conselho Diretor

Frank D. Yturria, Presidente; Yturria Ranch Enterprises  
James R. Whelan, Vice-Presidente; The Whelan Group  
Bernard W. Aronson, Secretário Adjunto de Estado de Assuntos Interamericanos  
James H. Michel, Administrador Adjunto, Divisão para a América Latina e o Caribe,  
Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos  
William K. Reilly, Administrador, Agência de Proteção Ambiental, Washington, D. C.  
Ann Brownell Sloane, Diretora, Sloane and Hinshaw, Inc.  
Norton Stevens  
Paul E. Sussman, Chefe de Operações, Day Surgicenters, Inc.

---

## Bolsas da Fundação Interame- ricana

A Fundação instituiu quatro programas de bolsas em apoio a profissionais do desenvolvimento e pesquisadores da América Latina, do Caribe e dos Estados Unidos, cujos interesses de pesquisas e carreira se relacionam com atividades de desenvolvimento entre as pessoas de baixa renda. Dois desses programas apóiam a pesquisa de campo na América Latina e no Caribe nos níveis de mestrado e doutorado; outro traz eruditos e profissionais latino-americanos e caribenhos aos Estados Unidos para treinamento avançado; o novo programa, a Bolsa Interamericana Dante B. Fascell, apóia atividades de divulgação do desenvolvimento de base de líderes latino-americanos e caribenhos de destaque.

As matérias das bolsas giram em torno dos seguintes assuntos: 1) natureza de eficientes organizações de base entre as pessoas de baixa renda; 2) natureza de eficientes organizações intermediárias ou de serviços; 3) avaliações sistemáticas de atividades locais de desenvolvimento, tais como estudos de programas e projetos de desenvolvimento destinados a beneficiar as populações mais pobres, inclusive pequenas empresas do setor informal, mulheres arrimos de família, populações indígenas isoladas e pescadores artesanais.

Endereço para inscrição e consultas:

IAF Fellowship Program — Dept. 111  
901 N. Stuart Street, 10th Floor  
Arlington, VA 22203  
EUA

## Índice

O encontro de um terreno comum:  
redefinição do trabalho da mulher na  
Colômbia

Jamie K. Donaldson

De protestos a programas: associações  
de bairro num município brasileiro

Bruce W. Ferguson

Energia cultural e desenvolvimento de base

Charles D. Kleymeyer

Harmonia com a terra:  
uma celebração da cultura andina

Marion Ritchey Vance  
e Ron Weber

Forum • A marcha do Desenvolvimento

Notícias da Sede • Livros • Recursos